

# Sumário

Número de notícias: 49 | Número de veículos: 26

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL STF e suas decisões (2)	5
AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Contribuinte já pode saber se caiu na malha do IR 2021	7
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL IR registra 34 milhões de envios	8
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL Investimento em expansão	9
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES SEGURIDADE SOCIAL Análise de benefício - GRITA GERAL	10
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL FGTS para reprodução assistida (2)	11
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL Impactos da pandemia na Justiça do Trabalho (2)	12
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SEGURIDADE SOCIAL Congresso aprova projeto que recompõe Orçamento	13
FOLHA DE S. PAULO - SP - SEMINÁRIOS FOLHA SEGURIDADE SOCIAL Momento alerta para a importância da educação financeira	14
AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA SEGURIDADE SOCIAL INSS terá novos prazos de análise a partir de 10 de junho	16
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Vigaristas já preparam armadilha para aposentado	17
DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - SEU BOLSO SEGURIDADE SOCIAL Prova de vida do INSS	18
R7 - O QUE É QUE EU FAÇO SOPHIA SEGURIDADE SOCIAL CPF de quem não entregou o IR 2021 pode ficar com problema	19
R7 - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Governo não prevê liberar saque emergencial do FGTS este ano	21
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA Economia zero no 1 <sup>a</sup> trimestre perdas da pandemia, em recuperação desigual	23

O POPULAR - GO - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Recuperação em V não chega aos mais pobres .....	25
FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - GERAL REFORMA TRIBUTÁRIA Queiroga defende revisão de tributos cobrados de produtos tabagistas .....	27
G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL REFORMA TRIBUTÁRIA Quadro social brasileiro é absolutamente dramático , diz Eduardo Giannetti .....	28
PORTAL UOL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Lira abafa oposição e emplaca agenda de Bolsonaro e Guedes na Câmara .....	31
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS DF já investiu R\$ 1,3 bi no combate à pandemia .....	33
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Vacinação para ajudar a economia .....	35
A GAZETA - MT - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Fraude de contadores gera rombo de R\$ 23 mi .....	36
DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Impactos na conta de luz .....	37
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Renda cai e famílias reduzem o consumo .....	39
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA Setor público segura serviços .....	40
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA As palavras e os números (3) .....	41
FOLHA DE S. PAULO - SP - CAPA ECONOMIA PIB sobe e volta ao pré-Covid, mas ganho não chega a pobres .....	42
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA O falso miserê - ANTONIO DELFIM NETTO .....	43
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Retomada vem em dois vês; um de vigorosa, outro, de vulnerável (2) .....	44
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Com atraso em vacina, Brasil perde 7 posições em ranking no tri .....	46
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA País cresceu mesmo sem programas emergenciais, diz pasta de Guedes .....	47

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Ano eleitoral e agenda para 2023 vão mostrar se PIB é sustentável (2)..... 48

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Crise de energia e de insumos pode tirar um ponto do PIB..... 50

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Dólar cai para R\$ 5,15, valor mais baixo no ano; Bolsa tem novo recorde..... 52

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Bolsonaro e os desesperados do PIB - VINICIUS TORRES FREIRE..... 53

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Cenário da inflação do pós-guerra se repete - HELIO BELTRÃO..... 54

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE  
ECONOMIA

Financiamos o exército errado - ATILA IAMARINO..... 55

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE  
ECONOMIA

Escola pública fechada fará geração de alunos perder R\$ 700 bilhões em renda..... 56

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

O desafio mais imediato é a geração de empregos (2)..... 59

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

"Uma terceira onda não deve deter a economia"..... 60

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Países que combateram covid cresceram mais, indica ranking..... 61

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

A ilusão do PIB - FÁBIO ALVES..... 62

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Balança comercial fecha maio com superávit histórico..... 63

O POPULAR - GO - ECONOMIA  
ECONOMIA

Guedes e técnicos divergem sobre auxílio emergencial..... 64

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA  
ECONOMIA

Governo vai liberar R\$ 1 bilhão para o MEC, diz Guedes..... 65

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO  
ECONOMIA

Vacina, consolidação fiscal e reformas: o tripé do crescimento (2)..... 66

O LIBERAL - BELÉM - PA - OPINIÃO  
ECONOMIA

Mais circo que pão - MERVAL PEREIRA..... 68

---

Quarta-Feira, 2 de Junho de 2021

O LIBERAL - BELÉM - PA - OPINIÃO  
ECONOMIA

CPI solicita auxílio da Receita para nova fase - COLUNA DO ESTADÃO ..... 69

PIONEIRO - RS - ECONOMIA  
ECONOMIA

É tempo de investir na caderneta? ..... 70

## STF e suas decisões (2)

**Sacha Calmon Advogado, coordenador da especialização em direito tributário da Faculdade Milton Campos, ex-professor titular da UFMG e UFRJ**

Segundo Joice Bacelo, Beatriz Olivon e Adriana Aguiar, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o alcance da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins reduz o impacto da tese para os cofres públicos. A União terá que reembolsar um número menor de contribuintes. Mas as grandes empresas, que acumularam créditos bilionários ao longo dos anos, estão garantidas.

O STF colocou um ponto final nessa discussão - que se estendia por mais de duas décadas. Prevaleceu o voto da relatora, a ministra Cármen Lúcia. A proposta de modulação, usando a data de 15 de março de 2017, foi seguida pela maioria. Significa que do julgamento de mérito para frente todos os contribuintes podem se aproveitar da decisão. Ou seja, recolher PIS e Cofins sem o ICMS embutido na conta.

Mas a decisão cria situações diferentes em relação à recuperação dos valores que foram pagos a mais ao governo no passado, antes de março de 2017. Aqueles contribuintes que tinham ações em curso até o dia 15 daquele ano, pela decisão do STF, terão direito ao reembolso.

A regra muda, no entanto, para quem ajuizou ação depois de 15 de março de 2017. Essas empresas, decidiu o STF, não têm o direito de receber de volta os valores que foram pagos a mais no passado...

Segundo consta num ofício enviado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ao presidente do STF, ministro Luiz Fux, no mês de abril, 78% dos mais de 56 mil processos mapeados sobre esse tema em todo o país foram ajuizados pelos contribuintes depois de março de 2017. Ou seja, a imensa maioria não terá direito ao reembolso.

O advogado Tiago Conde, do escritório Sacha Calmon, que integra a equipe de defesa da empresa envolvida no recurso julgado pelo STF, diz que a modulação de efeitos não era esperada pelos contribuintes. "Havia uma decisão dos ministros no mesmo sentido, para excluir o ICMS, de 2014. Considerávamos que não houve mudança de jurisprudência em 2017."

A decisão do STF deixa dúvida, no entanto, em relação às empresas que ingressaram com ação

depois de março de 2017 e tiveram decisão transitada em julgado. Advogados temem que a **Receita Federal** atue para travar os créditos já garantidos. Entendem, porém, que isso seria possível por meio de uma ação rescisória, tão somente.

Que decisão estranha do STF, não acham? O detestável é o enriquecimento ilícito da União. Somos uma república latina bem diferente dos EUA. Estamos parecidos com a Nicarágua, a começar pelo presidente, ok?

O desejável na sociedade democrática e laica, como prescreve para nós a nossa Constituição -em que pese o presidente que infelizmente elegemos - é que as decisões judiciais não levem em conta os interesses do Executivo.

Os presidentes, governadores e prefeitos devem ser educados no sentido de a Constituição e as leis estarem acima deles e que seus poderes são consentidos e jamais absolutos, estando acima deles o povo (Deus não entra no enredo. É questão religiosa e de foro íntimo).

Decisões do STF, afora os institutos da decadência e da prescrição, que fixem um marco temporal para quem tem direito à restituição, são perniciosas. O direito não concorda com decisões arbitrárias, sem arrazoado convincente ou marcos temporais arbitrários, os quais visam evitar custos ao fisco do Poder Executivo da República. Quem pagou de boa-fé danou-se

"In claris, cessat interpretatio." Se a lei é clara esse seu desrespeito foi sentenciado como evidente, no tempo e no espaço político da nação, não há que estabelecer marcos para dizer - afora a decadência do direito ou o destempo para aforar a ação - sobre quem pode receber de volta e quem não pode (por édito judicial). Politiza o iudicere e faz mal à República. Não se pode atravessar o rubicão e sair ileso às críticas dos cidadãos. O Judiciário não legisla, aplica alei contentenciosamente e a interpretação ja-

mais implica criar regras novas. Fixar marcos temporais já estabelecidos ao Código Tributário Nacional e no Código de Processo Civil e leis especiais concorre para aumentar o caos jurí-dico-tributário existente no Brasil, cujo outro nome é desorganização!

Aproposita-se a urgente releitura do livro do grande

Seabra Fagundes sobre o controle juris-dicional dos atos administrativos, um livro completo, minucioso e sistemático, como quer a ciência do direito.

E como se não bastasse um executivo de direita fascistoide e um Congresso que dele se aproveita para regar seus eleitores, daí a enorme satisfação do Centrão, o eixo democrático (PSDB, DEM, PSD) anda sem lideranças efetivas, mais apático do que seria normal, para quebrar a dicotomia entre a direita raivosa e o petismo sindical e orgânico do setor da baixa renda.

Lula vencerá, ao que tudo indica. Está 12 pontos acima de Bolsonaro, que "inventará fraudes"... O STF deve atentar para as futuras eleições. Querem até acabar com as urnas que elegeram o ainda desconhecido déspota (que ora as teme). Quer imitar Trump, seu ídolo!

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Contribuinte já pode saber se caiu na malha do IR 2021

**CRISTIANE GERCINA**

Após o fim do prazo de entrega do Imposto de Renda 2021, já é possível saber se o contribuinte caiu na malha fina ou não. O trabalhador que cometeu algum erro ao informar os dados à **Receita Federal** consegue fazer a consulta no e-CAC, que é o centro de atendimento virtual do órgão.

Para isso, é preciso ter senha de acesso. Quem ainda não tem a senha e o código consegue criá-los ao informar os recibos do IR de 2020 e 2021. Quem está declarando pela primeira vez informa apenas o recibo deste ano. Outra opção é usar [e-cac.receita.gov.br](https://e-cac.receita.gov.br).

A entrar no e-CAC, no site da Receita ([receita.economia.gov.br](https://receita.economia.gov.br)), o contribuinte deve acessar "Meu Imposto de Renda", do lado esquerdo da tela. Na página seguinte, irá aparecer a linha do tempo das declarações entregues. Na de 2021, haverá a informação que ajudará a identificar se o documento enviado caiu na malha fina.

Quem está com tudo em dia verá a mensagem "Em fila de restituição". Isso significa que o IR está correto. Quando a grana for paga, será informado que a declaração foi "Processada". Segundo a **Receita Federal**, ao todo, o órgão recebeu 34,1 milhões de declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física 2021, ano-base 2020. Somente no estado de São Paulo, segundo a regional da Receita em SP, foram entregues 10,9 milhões de declarações.

O auditor-fiscal José Tostes, secretário especial da Receita, disse que a entrega do IR 2021 ocorreu "dentro da normalidade e sem intercorrências". Quem não declarou o imposto no prazo pode enviar o documento, mas há multa mínima de R\$165,74. Já quem cometeu algum erro pode enviar uma declaração retificadora.

**Site:** <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

# IR registra 34 milhões de envios

Brasília - Terminado o prazo para a declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) no último dia 31, a **Receita Federal** informou ontem o balanço final com 34,17 milhões de documentos enviados.

Para o secretário especial da Receita, José Tostes, a entrega ocorreu "dentro da normalidade". Ele destacou a parceria do órgão com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Ser-pro), que possibilitou mais de 2,5 mil entregas por minuto. Para quem não fez a declaração no prazo os serviços recomeçaram ontem. Agora, porém, há multa de R\$ 165,74 ou valor de até 20% do imposto devido.

**Site:** [https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-a8eaf88e26451020bf62ab0bc441ec13.pdf](https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-a8eaf88e26451020bf62ab0bc441ec13.pdf)

# Investimento em expansão

**VERA BATISTA**

O crescimento dos investimentos foi um dos motores do aumento do Produto Interno Bruto no primeiro trimestre. Segundo o IBGE, a chamada formação bruta de capital fixo avançou 17% em relação ao mesmo período de 2020 - a maior expansão desde o segundo trimestre de 2010 -, e 4,6% na comparação com o último trimestre do ano passado. Com isso, a taxa de investimento em relação ao **PIB** alcançou 19,4%, melhor índice desde 2014.

O aumento da produção interna de máquinas e equipamentos, os impactos do Repetro (regime aduaneiro especial que permite ao setor de petróleo e gás adquirir bens de capital sem pagar **tributos** federais) e crescimento no desenvolvimento de softwares foram as principais causas da alta dos investimentos, segundo informou o IBGE.

Na análise de Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust, a alta na taxa de investimento mostrou a retomada de diversos setores que vinham apenas desovando estoques. "Esse ajuste foi também incentivado pelo aumento importante da poupança, já que as pessoas reduziram as despesas em consequência da pandemia", observou. Desse modo, pelos dados do IBGE, a taxa de poupança subiu a 20,6% do **PIB** no primeiro trimestre, o maior resultado da série histórica iniciada em 2001. No primeiro trimestre do ano passado, essa taxa estava em 13,4%.

No caso dos investimentos, Velho pondera que a taxa é volátil. "A taxa depende, por exemplo, de não haver crise política, não haver crise hídrica que atrapalhe a produção, e do crescimento econômico. Creio que, este ano, deve se manter no patamar de 19,4% ou 19,5%, para chegar a 20% somente em 2022", explicou.

Consumo do governo O consumo do governo também teve queda (4,9%) em relação ao primeiro trimestre de 2020 e retração de 0,8%, no confronto com o último trimestre do ano passado. O resultado foi influenciado, de acordo com o IBGE, pelo alto número de aposentadorias no setor público e pela redução do número de concursos para o preenchimento dos cargos que ficam vagos. Em relação ao primeiro trimestre de 2020, no setor de serviços, a administração pública - defesa, saúde e educação públicas e **seguridade social** -, foi um dos destaques de queda (4,4%), ressaltou Fábio Bentes, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de

Bens, Serviços e Turismo (CNC).

"O governo está sendo obrigado a realocar determinados recursos, devido à transferência de verbas para o combate à pandemia. Mas houve resultados negativos por 10 trimestres consecutivos, desde o primeiro trimestre de 2018. Evidentemente, não podemos atribuir toda responsabilidade à crise sanitária. Foi uma decisão de restrição orçamentária", avaliou Fábio Bentes.

Saldo recorde na balança comercial

A balança comercial bateu recorde em maio, com superavit de US\$ 9,3 bilhões. É o melhor resultado para o mês em toda a série histórica, iniciada em 1989, de acordo com o Ministério da Economia. No mês passado, houve aumento tanto das exportações quanto das importações. Os embarques para fora do país somaram US\$ 26,9 bilhões e as importações, US\$ 17,7 bilhões. No acumulado do ano, a balança registra superavit de US\$ 27,5 bilhões. O valor também não tem precedentes na série e é o melhor da história.

# Análise de benefício - GRITA GERAL

## **GRITA GERAL**

A moradora do Recanto das Emas Débora Braun, 39 anos, entrou em contato com a coluna Grita Geral para reclamar sobre a demora na análise do requerimento de benefício para seu marido, diagnosticado com HIV "Eu soube que ele tinha direito ao benefício assistencial à pessoa com deficiência (BPC) por causa da doença. O quadro dele é bem grave porque o CD4 (célula do sistema imune) está bem baixo. Ele está bem fraco, não consegue andar sozinho e precisa de ajuda para tomar banho. Eu mandei toda a documentação e estamos aguardando a análise do **INSS** desde fevereiro, sendo que o prazo para o caso dele é de 90 dias", contou.

» O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ressaltou que, em razão da pandemia, os benefícios assistenciais não puderam ter análise continuada como era antes devido à impossibilidade de realização tanto das avaliações sociais quanto das perícias médicas, realizadas presencialmente. "Com o retorno dos atendimentos foi intensificada a análise desses benefícios e há atualmente mais de cem servidores dedicados a atuação exclusiva na análise desses benefícios. Contudo, o número de requerimentos aguardando ainda é alto. Dessa forma, o requerimento em questão aguarda análise e conclusão tal qual os demais."

## FGTS para reprodução assistida (2)

**Marco Melo** *Especialista em reprodução assistida e diretor da Clínica Vilara*

Tramita no Senado Federal o Projeto de lei 1.858, de autoria do senador Lasier Martins (Pode-mos-RS), autorizando os brasileiros a sacarem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para custear o tratamento de reprodução assistida. Embora o texto do projeto seja pobre em argumentação, a proposta é bastante acertada. Afinal, um dos maiores entraves para muitos casais de baixa renda recorrerem ao tratamento de fertilidade está no custo.

A justificativa do projeto está numa decisão inédita e recente da Justiça de Anápolis, interior de Goiás, autorizando uma mulher de 40 anos a sacar seu FGTS para custear o tratamento de reprodução assistida. O caso já transitou em julgado e não cabe mais recurso. Acredita-se que, a partir de agora, há precedentes para que outras pessoas também possam reivindicar esse mesmo direito.

Atualmente, por lei, só podem recorrer ao Fundo de Garantia aqueles trabalhadores que foram demitidos sem justa causa, aposentados pelo **INSS** e familiares de pessoas que morreram

há pouco tempo, entre outros especificados na Lei 8.036, de 1990.

Caso os senadores se proponham, realmente, a debater o projeto do senhor Martins, seria possível vislumbrar um cenário positivo. Calcula-se que cerca de 15% dos brasileiros em idade fértil sofrem com a "infertilidade conjugal". O termo é designado àqueles casais que, mesmo mantendo relações sem contraceptivos, não conseguem engravidar em um período de até 12 meses, quando a mulher tem idade inferior a 36 anos, e de até 6 meses, com idade superior.

Apesar da concepção mais difícil, a maioria das mulheres tem optado por engravidar mais tarde, principalmente após os 40 anos, fato preocupante. A informação foi divulgada pela pesquisa "Estatísticas do registro civil 2018", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em função disso, o número de congelamento de óvulos cresceu 50% no ano passado.

O tratamento é um dos mais procurados em clínicas de reprodução assistida e não se limita às mulheres que querem, mas têm dificuldade de engravidar. Em

muitos casos, são pessoas que de-sejam preservar a fertilidade para o futuro, priorizando a carreira em vez da maternidade.

Diferentemente do que acontece com os ho-

mens, no aparelho reprodutor feminino ocorre uma redução da qualidade e na quantidade de óvulos ao longo dos anos, diminuindo as taxas de gestação e aumentando as de abortamento. Um bebê do sexo feminino, por exemplo, nasce com cerca de 2 milhões de folículos e, ao longo dos anos, vai reduzindo, sendo que na puberdade a adolescente apresenta em média 500 mil. Já próximo da menopausa, por volta dos 45 anos, o estoque cai drasticamente, chegando a aproximadamente 2 mil.

Entretanto, com a possibilidade de tratamento contra a infertilidade, elas não devem mais se preocupar com a perda de óvulos ao longo da vida. Pelo menos, não deveriam. A realidade só é diferente porque a complexidade dos tratamentos, envolvendo técnicas especializadas e equipamentos onerosos, tornam esses procedimentos quase que restritos às pessoas com condições financeiras mais confortáveis.

Por isso, o projeto de lei viabilizando o saque do FGTS para custeio da reprodução assistida surge em momento oportuno e deve ser debatido com seriedade, devido à importância da proposição. Contudo, antes de mais nada, o texto deve passar por uma reformulação que fundamente melhor a proposta para os demais parlamentares entenderem sua relevância.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Impactos da pandemia na Justiça do Trabalho (2)

**Ariadne Fabiane Velosa, Advogada do escritório Marcos Martins Advogados**

A pandemia tem feito estragos em muitos setores. Temos acompanhado o fechamento de diversas empresas, a aceleração do desemprego e, conseqüentemente, uma busca cada vez maior pela Justiça do Trabalho. Segundo dados do Tribunal Superior do Trabalho, foram 1.161.417 ações em 2020. Dessas, 86.058 tem causa direta com a Covid-19.

Entre as principais estão pedidos de verbas rescisórias, questões ligadas ao fornecimento inadequado de equipamentos de proteção individual, regras de home office e redução da multa de 40% do FGTS. Cabe destacar que 43.820 -o equivalente a mais de 50% das ações ligadas à Covid-19 -são relativas a horas extras.

Antevendo os problemas, em março de 2020, logo no início da pandemia, foi aprovada a medida provisória 927/2020, que dispunha de medidas trabalhistas para o enfrentamento do estado de calamidade pública. A MP visava fornecer orientações específicas, como o fornecimento de álcool em gel, luvas e máscaras, além de sugerir o home office para atividades administrativas -tema que já vinha sendo elucidado pela Justiça do Trabalho desde a reforma trabalhista, em 2017.

Ainda assim, muitas dúvidas surgiram, em especial sobre quem deveria pagar despesas de energia elétrica e internet e sobre os cuidados relacionados à saúde ocupacional. Com tantos questionamentos, o Ministério Público do Trabalho divulgou uma nota técnica com 17 práticas recomendáveis em relação ao teletrabalho. Segundo a nota, os trabalhadores precisam ser instruídos a evitar doenças físicas, mentais e acidentes de trabalho, bem como a adotar medidas de segurança, como intervalos e exercícios laborais.

Outro ponto que gerou preocupação foi quando o Supremo Tribunal Federal definiu que casos de infecção por Covid-19 seriam considerados como doenças ocupacionais. Apesar de abrir margem para que todos os colaboradores em atividades presenciais responsabilizassem a empresa por sua enfermidade, a constatação depende de uma avaliação do **INSS** que

comprove que o ambiente de trabalho realmente ofereceu risco.

Mais recentemente, em fevereiro, eis que surge um novo imbróglgio jurídico. O Ministério Público do Trabalho, estabeleceu que os trabalhadores que se recusarem a tomar a vacina contra a Covid-19, sem justificativa médica, podem ser demitidos por justa causa.

O caso, obviamente, está gerando polêmica. Afinal, o artigo 7º da Constituição diz que o bem coletivo está acima do direito individual. No entanto, o artigo 5º garante a liberdade individual de cada cidadão. Juristas estão divididos, e esse é um debate que deve se acentuar quando finalmente chegar o momento de vacinar pessoas em idade economicamente ativa.

Na prática, os problemas ainda estão apenas começando, haja vista que o trabalhador tem até dois anos para reclamar seus direitos na Justiça do Trabalho. Nesse momento, cabe às empresas tomar as medidas cabíveis e sempre criar registros de suas ações. Com o tempo, a tendência é que o volume de processos aumente de forma cada vez mais expressiva.

[...] O Ministério Público do Trabalho estabeleceu que os trabalhadores que se recusarem a tomar a vacina contra a Covid-19, sem justificativa médica, podem ser demitidos por justa causa. (...) O artigo 7º da Constituição diz que o bem coletivo está acima do direito individual. No entanto, o artigo 5º garante a liberdade individual de cada cidadão. Juristas estão divididos, e esse é um debate que deve se acentuar

Ariadne Fabiane Velosa, Advogada do escritório Marcos Martins Advogados

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

46

# Congresso aprova projeto que recompõe Orçamento

*Washington Luiz e Danielle Brant*

Brasília O Congresso Nacional aprovou nesta terça-feira (1º) projeto de lei que abre crédito de R\$ 19,8 bilhões para recompor despesas com **Previdência Social**, seguro-desemprego e benefícios assistenciais no Orçamento.

A proposta fez parte de um acordo dos parlamentares com o governo para destravar o Orçamento de 2021.

Segundo o texto, o dinheiro está distribuído para o pagamento de seguro-desemprego (R\$ 2,6 bilhões); benefícios previdenciários (R\$ 6,6 bilhões); compensação ao Fundo do Regime Geral de **Previdência Social** (R\$ 4,7 bilhões); benefícios de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia (R\$ 968 milhões); remuneração a agentes financeiros (R\$ 423 milhões) e subvenção e subsídios a agricultura sustentável, ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e a outros setores (R\$ 4,3 bilhões).

Os vetos do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) à peça orçamentária deste ano retiraram dinheiro das áreas de saúde, educação e obras. Para garantir verba a despesas obrigatórias, como aposentadorias, o governo teve de abrir espaço no Orçamento, em cerca de R\$ 29 bilhões.

Do total, aproximadamente R\$ 20 bilhões previstos para ministérios foram vetados, e R\$ 9 bilhões, bloqueados - o que deixa os gastos em suspenso até haver dinheiro para o pagamento ao longo do ano.

Por isso, o governo precisou articular com parlamentares para manter os vetos e aprovar o projeto da equipe econômica que recompõe a verba para gastos obrigatórios, principalmente Previdência e seguro-desemprego.

O líder do Novo, deputado Vinícius Poit (SP), criticou a costura feita e disse que o bloqueio não era necessário.

"Nós temos duras críticas à manobra que foi feita para corrigir o orçamento e evitar as pedaladas fiscais que poderiam levar ao impeachment do presidente. Foram remanejados só R\$ 10 bi dos R\$ 29H alocados nas emendas de relator. Poderia e precisaria ter sido mais

para destinar a áreas prioritárias", disse.

Deputados e senadores também aprovaram projetos que abrem crédito especial de R\$ 584,2 milhões para ações de três pastas: Desenvolvimento Regional, Defesa e Mulher, Família e Direitos Humanos; e o PLN 6/21, que abre crédito suplementar de R\$ 1,09 bilhão para Ciência, Economia, Meio Ambiente, Defesa, Desenvolvimento Regional e Mulher.

Neste ano, o Orçamento tem a previsão de um total de R\$ 1,486 trilhão em despesas federais sujeitas ao teto. Desse montante, o governo afirma que terá cerca de R\$ 87 bilhões em recursos discricionários, destinados a custeio da máquina pública e investimentos.

Esse valor, menos de 6% do total, acaba incrementado por emendas parlamentares.

**Site:**

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&\\_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&\\_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e)

# Momento alerta para a importância da educação financeira

**Thiago Bethônico**

A pandemia de Covid-19 atingiu em cheio a saúde financeira dos brasileiros. Segundo pesquisa Datafolha, quase metade da população (46%) viu sua renda cair no ano passado, o que levou a um outro problema também agravado durante a crise sanitária: o endividamento.

De acordo com uma pesquisa da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), o percentual de pessoas endividadas no país alcançou o maior patamar em abril de 2021. Após subir pelo quinto mês consecutivo, o índice chegou a 67,5% das famílias, mesmo número registrado em agosto de 2020, quando foi recorde.

Em um cenário de comprometimento do orçamento familiar, a importância da educação e do planejamento financeiro é ainda maior, como argumentam os participantes do seminário Saúde Integral promovido pela Folha na segunda (31), com patrocínio da SulAmérica.

Para Gabriela Chaves, economista e fundadora da NoFront, plataforma de educação financeira voltada para a população negra e periférica, aprender a organizar os próprios recursos faz muita diferença na crise, especialmente entre os mais pobres.

Ela cita exemplos de ex-alunos da plataforma que deram início a um planejamento financeiro e conseguiram guardar dinheiro pela primeira vez, o que os ajudou a reduzir os efeitos da desaceleração. "Há uma massa que foi muito impactada pela pandemia, sobretudo os trabalhadores informais e da área de serviços. Nesse contexto, a educação financeira é importante para trazer um horizonte de possibilidade", diz.

Segundo ela, saber como controlar as despesas de forma eficiente é algo que deveria ser visto, inclusive, pela perspectiva da saúde mental.

"À medida que elas entendem as ferramentas disponíveis, os direitos e a quem recorrer, a relação com o próprio dinheiro muda. Saem de um lugar de ansiedade para um lugar de responsabilidade."

Na visão de Virgínia Prestes, professora de finanças e

investimentos da Faap, a pandemia também despertou o interesse dos brasileiros pelo mercado financeiro. Para ela, apesar de a crise ter atingido desproporcionalmente os mais pobres, ela não poupou outras classes sociais, o que serviu como um "empurrão" para entender mais sobre o tema.

Prova disso, ela diz, é o aumento do número de pessoas físicas investindo na Bolsa de Valores. "A pandemia levou muita gente para a renda variável e fez com que novos investidores tivessem contato com a alta volatilidade, com risco de liquidez, coisas que eles não conheciam", afirma.

Prestes também cita a popularização do mercado de day trade (compra e venda de ações no mesmo dia) como uma das facetas dessa nova conjuntura. No entanto, ela alerta para os riscos desse mercado e não aconselha operar sem conhecimento.

O aumento na quantidade de pessoas físicas na bolsa, porém, não é indicativo de que o brasileiro esteja abrindo mão da tradicional poupança.

O problema é que, no atual cenário de taxa básica de juros (Selic) relativamente baixa e crescimento da **inflação**, os rendimentos dessas aplicações acabam sendo negativos.

Para Marcelo Mello, vice-presidente de investimentos, vida e previdência da SulAmérica, a insistência de uma parcela significativa da população nesse tipo de investimento mostra a necessidade de que a educação financeira seja ensinada desde cedo. "Quem estava na poupança teve uma perda real e muito se deve à falta de conhecimento sobre como os juros 'comem' as economias futuras. Esse é um trabalho que tem que ser feito na base para que haja comportamento diferente do atual", afirma.

Ele também chama a atenção para a importância de destinar recursos para momentos de crise e para a aposentadoria. Segundo Mello, é comum que as pessoas guardem dinheiro pensando na educação dos filhos ou na compra de um carro ou imóvel, mas é minoria quem faz reserva se preocupando com a situação financeira no futuro.

"A pandemia trouxe para o centro das atenções a necessidade de complementaridade de renda em

situações delicadas. A percepção das pessoas sobre a relevância do planejamento financeiro ainda vai aumentar bastante", diz.

Luís Ricardo Marcondes Martins, diretor-presidente da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar**), diz que brasileiro precisa aprimorar sua cultura previdenciária. "Quanto antes começarem a acumular recursos, maior vai ser o valor recebido lá na frente. Estamos falando de uma renúncia do consumo imediato para o gozo do benefício no futuro."

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# INSS terá novos prazos de análise a partir de 10 de junho

**CLAYTON CASTELANI**

O **INSS** confirmou para 10 de junho a data da alteração dos prazos para análises de pedidos de alguns dos seus principais benefícios. Hoje, o período para concessão ou rejeição de um pedido é de 45 dias, contados a partir da data da solicitação pelo telefone 135 ou Meu **INSS**.

Com a mudança, os pedidos de aposentadorias (exceto por invalidez) e do BPC (benefício assistencial) passarão a contar com até 90 dias para a conclusão. Para a pensão por morte, a espera oficial sobe para 60 dias. A ampliação dos prazos é resultado de um acordo firmado entre o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e o Ministério Público Federal, com autorização do STF (Supremo Tribunal Federal).

Os novos limites passam a valer seis meses após a publicação da homologação do acordo pelo relator do processo no STF, ministro Alexandre de Moraes, em 10 de dezembro de 2020. O **INSS** afirma que a mudança será benéfica à população porque os novos períodos serão cumpridos. O tempo médio de concessão em novembro -último dado disponibilizado- era de 66 dias. Realizar um pedido antes do dia 10 não garante, portanto, a análise em até 45 dias.

Antecipar a solicitação para antes da vigência dos novos prazos, porém, pode trazer vantagem para beneficiários que decidirem ir à Justiça, segundo a presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), Adriane Bramante.

"Pedir o benefício ao **INSS** antes do dia 10 de junho pode ser interessante nos casos de mandado de segurança, pois a ação seria com base em um prazo de 45 dias e não de 90 dias", diz. O início dos novos prazos gerou dúvidas após o STF julgar, em fevereiro, o recurso que resultou no acordo. Ao Agora, o **INSS** confirmou a vigência a partir do dia 10.

**Site:** <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

# Vigaristas já preparam armadilha para aposentado

**Fernando Bianchi**

Após a suspensão da exigência por conta da pandemia de Covid-19, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) retomou a obrigatoriedade da prova devida para os aposentados e pensionistas não terem seus benefícios cancelados.

No Espírito Santo, cerca de 600 mil beneficiários precisarão realizar o procedimento neste ano. Em todo o País, são 36 milhões.

Com a volta da obrigatoriedade da prova de vida, especialistas em segurança digital chamam atenção para um aumento das tentativas de golpes contra os aposentados.

O especialista em Segurança Digital Eduardo Pinheiro disse que os bandidos tentarão criar novas armadilhas contra os aposentados.

"Criam armadilhas digitais para induzir o aposentado acreditar que está fazendo um cadastro ou agendamento, e a vítima pode passar dados pessoais que depois serão usados para desviar dinheiro, fazer compras online ou clonar seu WhatsApp para aplicar os golpes".

O especialista destacou que o aposentado tem que desconfiar\* de facilidades e conhecer os canais oficiais do **INSS**. "Houve vazamentos de dados recentemente, e os criminosos podem ter dados pessoais em mãos".

O consultor de Tecnologia e Segurança da Informação Paulo Roberto Penha também alertou sobre o cuidado para contatos solicitando dados. "Se receber uma ligação, o melhor a fazer é sempre pedir um número para retornar, e conferir se aquele número corresponde a um número do **INSS**, como o 135", disse o consultor.

Em março, o **INSS** já alertou sobre golpistas entrando em contato com aposentados para solicitarem dados pessoais referentes à prova de vida e envio de fotos de documentos pelo WhatsApp.

O órgão, que já divulgou o cronograma para a realização da prova de vida, esclareceu que não faz contato por telefone solicitando dados do

procedimento.

"O **INSS** entra em contato com o cidadão em situações específicas e para informar a respeito de procedimentos, andamento de requerimentos ou realizar reagendamentos e, em nenhum momento solicita qualquer informação, como CPF, nome da mãe", alertou a autarquia.

Biometria facial para evitar fraude

Segurados também já podem realizar a prova de vida do **INSS** sem sair de casa, por meio da tecnologia de biometria facial. O recurso está sendo liberado aos poucos para aposentados e pensionistas que possuem CNH digital ou título de eleitor com biometria.

A intenção do **INSS** é liberar o serviço para todos os beneficiários, mas ainda não há data definida para isso acontecer. Os segurados que podem usar a prova de vida digital atualmente são avisados por SMS (pelo número 280-41) ou e-mail.

Quem não recebeu nenhum desses comunicados deve fazer a prova de vida como nos anos anteriores, diretamente com o banco onde recebe o benefício.

Para realizar o procedimento, é necessário baixai\* e instalar o aplicativo Meugov.br. Após a instalação, o segurado deve seguir as instruções para que o aplicativo reconheça sua biometria por meio da câmera do celular.

Para realizai\* a biometria facial, o **INSS** usa a base de dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com a biometria cadastrada pelo cidadão em um dos órgãos.

# Prova de vida do INSS

A partir desta terça-feira (1º), a prova de vida para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que moram no Brasil volta a ser obrigatória. A exigência estava suspensa desde maio de 2020 por causa da pandemia de Covid-19 e não causava a suspensão do benefício. Com o retorno da obrigatoriedade, os aposentados e pensionistas que não realizarem a confirmação do cadastro terão o benefício suspenso.

A prova de vida é obrigatória para todos que recebem benefícios por meio de conta-corrente, poupança ou cartão magnético. De acordo com o **INSS**, cerca de 36 milhões de beneficiários devem realizar a prova de vida anualmente para continuar a receber. O procedimento serve para evitar fraudes e garante a manutenção do pagamento.

De acordo com a Portaria 1.299, que retomou a obrigatoriedade da prova de vida para os residentes no Brasil, ela começará com os benefícios em que não houve a realização por nenhum canal disponibilizado para esse procedimento. Eles integram o primeiro lote do processo de comprovação de vida por biometria facial.

Esses beneficiários selecionados para fazer a prova de vida por biometria facial e que ainda não realizaram o procedimento, devem fazê-lo pelo aplicativo Meu Gov.br ou Meu **INSS**, disponível para baixar na Play Store e na Apple Store. Após realizar a prova de vida por biometria facial, o segurado pode consultar o resultado pelo Meu **INSS**.

Os segurados aptos a realizar o procedimento online, serão informados por SMS no celular, ou ainda por e-mail, ou aplicativo Meu **INSS**. O instituto alerta que enviará o SMS somente pelo número 280-41, qualquer outra mensagem referente à prova de vida de outro número deve ser desconsiderada.

**Site:** <https://d24am.com/jornais/dez-minutos/02-06-2021-2/>

# CPF de quem não entregou o IR 2021 pode ficar com problema

*Leia também*

*Cupom Americanas: todos os códigos em um só link*

*Cupom Casas Bahia app 20% de desconto no site todo*

*Cupom Shopee app e no site 25% de desconto*

*Cupom Submarino: confira todos neste link!*

*Cupom Extra: Dia dos Namorados com 30% de desconto*

*Cupom Ponto Frio até 20% de desconto! Todos os códigos nesse link!*

*Ganhe 12% de desconto no Cupom TokEStok*

*20% Off com o cupom de desconto Polishop em*

Quem estava obrigado a declarar o Imposto de Renda 2021 e perdeu o prazo da entrega da declaração que terminou nesta segunda-feira (31), ainda precisa prestar contas ao Leão para não ter problemas com o CPF.

O consultor tributário Valter Koppe explica que o CPF de quem não entrega a declaração pode mudar a qualquer momento para "pendente de regularização", o que já causa diversos transtornos para o contribuinte. Isso só vale para quem estava obrigado a declarar, é bom lembrar. "Para quem não estava obrigado, não acontece nada, porque a declaração de

isento nem existe mais", diz.

Saiba quem estava obrigado a declarar o IR 2021

Para acertar a situação ele recomenda enviar a declaração o mais rápido para evitar que isso aconteça. O fato de estar obrigado e não ter prestado contas no tempo certo vai acarretar ao contribuinte uma multa por atraso na entrega de no mínimo R\$ 165,74 e de no máximo 20% do imposto devido.

Segundo Koppe, na prática, o contribuinte com o CPF irregular não tem mais acesso ao crédito: não consegue mais fazer empréstimo, financiamento, comprar casa, carro.

O CPF irregular também impede de tirar passaporte, obter certidão negativa para venda ou aluguel de imóvel e até mesmo prestar concurso público.

Isso sem falar nos problemas para movimentar a conta no banco. "Quem precisa receber pagamentos do **INSS** por uma conta no banco pode ficar impedido se o CPF estiver pendente de regularização, afirma Valter Koppe, ex-supervisor regional do IR em São Paulo.

Essas dificuldades podem começar até mesmo antes do CPF ficar irregular. Um exemplo: os bancos costumam pedir a declaração do IR atualizada para conceder empréstimos, pois essa é uma das maneiras de avaliar a capacidade de pagamento da pessoa. Sem esse instrumento, essa avaliação já fica prejudicada e o empréstimo pode não ser concedido.

Para regularizar o CPF que está pendente de regularização é preciso fazer a declaração que ficou faltando. É importante baixar o programa correto para fazer a declaração de cada ano.

Faça aqui o download do programa do IR 2021. Mais abaixo, na mesma página, é possível encontrar também os links para os programas anteriores do IR, até o ano de 2016 (relativo ao ano-calendário 2015).

É possível consultar a situação do seu CPF na página da **Receita Federal**. Para isso, é preciso informar o número do CPF e a data de nascimento.

Também é possível verificar a situação do seu CPF pelo aplicativo CPF digital.

Para quem não sabe qual é a declaração que está faltando, é possível fazer a consulta pelo portal e-CAC (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte).

---

Tem alguma dúvida sobre economia, dinheiro, direitos e tudo mais que mexe com o seu bolso? Envie suas perguntas para " O que é que eu faço, Sophia? " pelo e-mail [sophiacamargo@r7.com](mailto:sophiacamargo@r7.com) .

**Site:** <http://noticias.r7.com/prisma/o-que-e-que-eu-faco-sophia/cpf-de-quem-nao-entregou-o-ir-2021-pode-ficar-com-problema-02062021>

# Governo não prevê liberar saque emergencial do FGTS este ano

**Leia também**

**Cupom Americanas: todos os códigos em um só link**

**Cupom Casas Bahia app 20% de desconto no site todo**

**Cupom Shopee app e no site 25% de desconto**

**Cupom Submarino: confira todos neste link!**

**Cupom Extra: Dia dos Namorados com 30% de desconto**

**Cupom Ponto Frio até 20% de desconto! Todos os códigos nesse link!**

**Ganhe 12% de desconto no Cupom TokEStok**

**20% Off com o cupom de desconto Polishop em**

O Ministério da Economia não prevê a liberação do saque emergencial do FGTS (Fundo de Garantia) neste ano. A medida foi uma das criadas pelo governo federal para minimizar os efeitos da pandemia do coronavírus no ano passado e liberou pagamentos de até R\$ 1.045 do fundo aos trabalhadores com carteira assinada.

"Não há liberações extraordinárias de saldos do FGTS sendo consideradas no momento. Outras medidas de apoio ao enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia estão sendo priorizadas", afirmou o Ministério da Economia em nota.

Medidas como o auxílio emergencial, a antecipação do 13º salário aos aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Social do Seguro Social) e o programa que permite a suspensão de contratos de trabalho e a redução de jornadas e salários foram reeditadas neste ano, após o recrudescimento de casos da covid-19.

Foi autorizado também neste ano que empresas adiem por até quatro meses o recolhimento de FGTS dos empregados. A suspensão temporária deve ser compensada depois pelo empregador, mas os valores podem ser parcelados, sem multas e encargos.

Mas o saque emergencial acabou barrado após análise do Conselho Curador do FGTS, que reúne empresários e integrantes do governo. Uma nova rodada de pagamentos teve uma avaliação negativa, porque a medida pode comprometer a sustentabilidade do fundo.

O valor sacado no ano passado no saque emergencial chegou a R\$ 24,2 bilhões, de um total de R\$ 36,5 bilhões disponibilizados, segundo a Caixa Econômica federal, responsável pela operação do pagamento do benefício. A medida beneficiou 31,7 milhões de trabalhadores. O programa começou em 29 de junho e foi até o final de dezembro.

O orçamento reservado para o fundo neste ano é de R\$ 77,4 bilhões. Entre outras funções, os recursos das contas do FGTS são usados em financiamentos habitacionais e obras de saneamento e infraestrutura.

Criado para proteger o trabalhador em caso de demissão sem justa causa e para forçar uma reserva financeira para a aposentadoria, o fundo recebe recursos pagos pelas empresas. Os depósitos são em nome do empregado e equivalem a 8% do salário.

### Saque-aniversário

Em 2019, o governo criou uma nova modalidade permanente para que os trabalhadores possam sacar os recursos do fundo, chamada de saque-aniversário.

O modelo, opcional, permite ao trabalhador receber um percentual do saldo do FGTS todos os anos, observados os valores constantes de uma tabela. Quanto menor for o saldo, maior o percentual do

saque, podendo a alíquota variar de 5% até 50% do saldo.

Quem opta pelo saque aniversário, no entanto, não pode resgatar o valor integral da conta em caso de demissão sem justa causa. Nesse caso, é liberado apenas o valor da multa rescisória.

**Site:** <http://noticias.r7.com/economia/governo-nao-preve-liberar-saque-emergencial-do-fgts-este-ano-02062021>

# Economia zera no 1<sup>a</sup> trimestre perdas da pandemia, em recuperação desigual

**Eduardo Cucolo Leonardo Vieceli**

A economia brasileira cresceu 1,2% no primeiro trimestre de 2021 em relação ao trimestre anterior, resultado que veio acima das estimativas de mercado de expansão de 0,8% no período, de acordo com dados do **PIB** (Produto Interno Bruto) divulgados nesta terça-feira (1<sup>o</sup>) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com esse resultado, a economia brasileira zerou as perdas registradas desde o início da pandemia do Coronavírus e voltou aos níveis verificados no fim de 2019.

Nem todos os setores, no entanto, voltaram ao patamar pré-crise, o que mostra uma recuperação desigual, que prejudica principalmente os segmentos que mais empregam e a população de menor renda.

O setor que melhor espelha essa discrepância são os serviços. Segmentos como informação e financeiro, mais intensivos em tecnologia do que em mão de obra já estão acima do patamar pré-crise.

Por outro lado, atividades como alojamento, alimentação, lazer e turismo -classificadas nas estatísticas oficiais como "outros serviços"- ainda estão com um nível de atividade 9,5% abaixo do pré-pandemia. Essas empresas respondem por 20% do **PIB** e 32% do emprego no país. Quase metade desses empregos é informal

Olhando os grandes setores, se destacaram no trimestre os bons resultados da agropecuária (+5,7%) e da indústria (+0,7%). Na média, os serviços cresceram 0,4% (incluindo o comércio).

Pelo lado da demanda, o investimento cresceu 4,6%, mas houve queda no consumo das famílias (-0,1%) e do governo (-0,8%).

Segundo o IBGE, a queda do consumo é explicada pela interrupção da ajuda emergencial do governo, pela alta de **inflação** e pela piora no mercado de trabalho.

"O aumento da **inflação** pesou, principalmente, no consumo de alimentos ao longo desse período. O mercado de trabalho desaquecido também. Houve

ainda redução significativa nos pagamentos dos programas do governo às famílias, como o auxílio emergencial", disse a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

Rafaela Vitoria, economista-chefe do Banco Inter, afirma que, apesar da expectativa de melhora do mercado de trabalho no segundo semestre, questões como a renovação do auxílio emergencial e a criação de um novo programa de renda mínima para 2022 são fundamentais.

"Apesar de uma recuperação a partir do segundo semestre por causa da vacinação, a gente ainda vai sair da pandemia com o mercado de trabalho bem mais fragilizado. Então programas sociais vão ser ainda fundamentais para a gente ter um crescimento mais sustentável de longo prazo", afirma Vitoria.

"Esse **PIB** não reflete essa situação frágil do nosso mercado de trabalho. A gente tem um PLB forte, mas um mercado de trabalho ainda fraco, justamente porque os setores que empregam mais são os setores que estão para trás ainda."

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), também afirma que o número geral do **PIB** é bom, pois há segmentos que estão reagindo, mas se trata de uma recuperação desigual.

"O lado B do nosso **PIB** positivo é que você vê ainda segmentos que são intensivos em mão de obra, como outros serviços, contraindo bastante", afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da FGV).

"Enquanto a pandemia não passar, vai ser essa questão de ter um PI B até um pouco melhor do que inicialmente previsto, mas com pouco emprego. São dois mundos, uma economia em duas velocidades."

Na avaliação do economista Fábio Astrauskas, professor do Insper e sócio-diretor da Siegen Consultoria, a economia tem condições de crescer acima de 4% no acumulado deste ano, já que foi menos prejudicada do que o esperado entre janeiro e março. A reação, contudo, tende a ser pouco sentida por boa parte da população.

"Tem aquela frase de que é preciso crescer o bolo para depois reparti-lo. O problema é que o bolo está crescendo para quem já está comendo muito mais. Precisamos de melhor distribuição de renda, e a **reforma tributária** é importante para isso", afirma.

A professora e economista do Coppead/UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Margarida Gutierrez afirma que os números mostram uma recuperação baseada nos gastos privados, sendo que em 2020 a economia foi movida a estímulos fiscais e monetários. Para ela, o resultado do trimestre eleva as projeções para o **PIB** de 2021 do patamar de 3,5% para 5%. "Se o ritmo de vacinação avançar, pode dar mais", afirma.

Daniel Xavier Francisco, do Departamento Econômico do banco ABC Brasil, afirma que o carregamento estatístico do trimestre já garante um crescimento de 4,8% neste ano. Para ele, o ritmo da economia deve acelerar na segunda metade do ano e levar a uma expansão de mais de 5%.

Alex Agostini, economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, mantém a projeção de crescimento de 3,3% para o **PIB** deste ano. A previsão não foi revisada para cima porque ainda existem riscos no cenário dos próximos meses, segundo o analista.

Agostini cita um "descompasso" entre a demanda internacional e as condições do mercado interno. Nesse sentido, ressalta que, enquanto a procura por commodities segue aquecida, o consumo das famílias continua fragilizado no país. De acordo com o economista, **inflação** e desemprego em alta desafiam a melhora doméstica.

"Uma saída que o Brasil está encontrando é a das exportações, mas temos grandes problemas de renda dentro do país."

Apesar do bom resultado do primeiro trimestre, o **PIB** ainda está 3,1% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica do país, alcançado no primeiro trimestre de 2014. Ou seja, o país ainda tem como desafio recuperar as perdas provocadas pela recessão de 2015-2016, que já havia deixado um legado de desemprego e perda de renda.

Em relação ao mesmo período do ano passado, o **PIB** cresceu 1,0%, primeira taxa positiva nessa comparação desde o fim de 2019. Nos últimos 12 meses, no entanto, ainda há retração de 3,8%.

Também permanece a incerteza em relação ao programa de vacinação e à dinâmica da pandemia.

Segundo o IBGE, mesmo com a segunda onda de Covid-19, a economia cresceu porque, diferentemente do ano passado, não houve tantas restrições que impediram o funcionamento das atividades econômicas no país.

O Brasil também foi beneficiado pelo ritmo de crescimento das duas maiores economias mundiais - Estados Unidos e China - e de um cenário externo que conta ainda com valorização de moedas emergentes e alta no preço de commodities agrícolas e minerais, o que também se refletiu no desempenho de outras economias emergentes.

De acordo com dados coletados pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Chile é a economia com maior crescimento no período (3,2%), seguido por Colômbia (2,9%) e Romênia (2,8%).

Os EUA registraram avanço de 1,6% no período, mesma taxa de países como Canadá, Indonésia e Coreia do Sul. A China avançou 0,6%.

A economia da zona do euro contraiu 0,6% no primeiro trimestre de 2021, em meio a medidas de lockdown adotadas para conter uma retomada do contágio pelo novo coronavírus.

Leia mais da pág.

A18 à A22 e à A24

Site:

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&\\_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&\\_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e)

# Recuperação em V não chega aos mais pobres

O crescimento de 1,2% da economia brasileira no primeiro tri -mestre de 2021 zerou as perdas registradas desde o início da pandemia do coronavírus, mas deixou para trás o segmento que mais emprega no país, aquele que inclui os serviços que dependem de aglomerações e contato social.

Classificado nas estatísticas oficiais como "outros serviços", atividades como alojamento, alimentação, lazer e turismo respondem por 20% do **PIB** (Produto Interno Bruto) e 32% do emprego no país.

Essas empresas ainda estão com um nível de atividade 9,5% abaixo do patamar pré-crise, do último trimestre de 2019, enquanto o **PIB** como um todo já voltou àquele nível, segundo dados divulgados nesta terça-feira (1Q) pelo IBGE.

"O lado B do nosso **PIB** positivo é que você vê ainda segmentos que são intensivos em mão de obra, como outros serviços,

contraíndo bastante", afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da FGV).

Serviços que empregam menos, como informação e financeiro, por outro lado, já se recuperaram da crise e estão em pleno crescimento.

"Enquanto a pandemia não passar, vai ser essa questão de ter um **PIB** até um pouco melhor do que inicialmente previsto, mas com pouco emprego. São dois mundos, uma economia em duas velocidades. \*

Rafaela Vitoria, economista-chefe do Banco Inter, afirma que, apesar da expectativa de melhora do mercado de trabalho no segundo semestre, questões como a renovação do auxílio emergencial e a criação de um novo programa de renda mínima para 2022 são fundamentais.

"Apesar de uma recuperação a partir do segundo semestre por causa da vacinação, a gente ainda vai sair da pandemia com o mercado de trabalho bem mais fragilizado. Então programas sociais vão ser ainda fundamentais para a gente ter um crescimento mais sustentável de longo prazo", afirma Vitoria.

"Esse **PIB** não reflete essa situação frágil do nosso

mercado de trabalho. A gente tem um **PIB** forte, mas um mercado de trabalho ainda fraco, justamente porque os setores que empregam mais são os setores que estão para trás ainda.\*

## BOLO

O economista Fábio Astrauskas, professor do Insper e sócio-diretor da Siegen Consultoria, avalia que o desempenho do **PIB** provocou uma "surpresa positiva", dado que o primeiro trimestre teve piora da pandemia e suspensão de programas como o auxílio emergencial.

Na visão do analista, a economia tem condições de crescer acima de 4% no acumulado deste ano, já que foi menos prejudicada do que o esperado entre janeiro e março. A reação, contudo, tende a ser pouco sentida por boa parte da população, segundo ele.

A explicação para isso é o desempenho mais modesto de serviços, o principal setor do **PIB** e o grande empregador brasileiro, combinado com a **inflação** em alta, diz Astrauskas. "Tem aquela frase de que é preciso crescer o bolo para depois reparti-lo. O problema é que o bolo está crescendo para quem já está comendo muito mais. Precisamos de melhor distribuição de renda, e a **reforma tributária** é importante para isso", comenta.

Alex Agostini, economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, mantém a projeção de crescimento de 3,3% para o **PIB** deste ano. A previsão não foi revisada para cima porque ainda existem riscos no cenário dos próximos meses, indica o analista.

Agostini cita um "descompasso" entre a demanda internacional e as condições do mercado interno. Nesse sentido, ressalta que, enquanto a procura por commodities segue aquecida, o consumo das famílias continua fragilizado no país. Segundo o economista, **inflação** e desemprego em alta desafiam a melhora doméstica. "Uma saída que o Brasil está encontrando é a das exportações, mas temos grandes problemas de ren -da dentro do país", pontua.

"O aumento da **inflação** pesou, principalmente, no consumo de alimentos ao longo desse período. O mercado de trabalho desaquecido também. Houve

ainda redução significativa nos pagamentos dos programas do governo às famílias, como o auxílio emergencial", disse a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis. (Eduardo Cucolo e Leonardo Vieceli; Folhapress)

**Site:** <https://www.opopular.com.br/digital/02-junho-2021/1o-caderno>

# Queiroga defende revisão de tributos cobrados de produtos tabagistas

**Alex Rodrigues**

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse que é preciso aproveitar a proposta de **reforma tributária**, em tramitação no Congresso Nacional, para "fortalecer a política fiscal sobre os produtos [derivados] do tabaco".

A declaração de Queiroga foi dada durante evento virtual realizado nesta terça-feira (1º), pela

Opas (Organização Pan-Americana de Saúde), por ocasião do Dia Mundial Sem Tabaco.

A proposta faz eco à medida inicialmente apresentada pela equipe econômica do governo federal, que propunha reestruturar o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), transformando-o em um "imposto seletivo", que incidiria sobre determinados produtos, especialmente cigarros, bebidas alcoólicas e alimentos à base de açúcar.

Há também o parecer que o relator da Comissão da **Reforma Tributária** da Câmara dos Deputados, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentado no início de maio deste ano, que prevê que o "imposto seletivo" seja cobrado sobre produtos no início da cadeia produtiva, cujo consumo gere consequências negativas à sociedade, de forma a elevar a base de cálculo da alíquota.

Para Queiroga, a taxação, o combate ao comércio ilegal e a proibição da divulgação e da venda pela internet de produtos que favorecem o hábito de fumar, são algumas das medidas necessárias para que o Brasil reduza ainda mais o número de fumantes, consolidando os "avanços nacionais no controle do tabagismo".

Em 2019, 9,8% da população admitia fumar, segundo a pesquisa Vigitel (Vigilância de

Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico), realizada pelo Ministério da Saúde, em todo o país.

Embora esse índice represente quase 21 milhões de brasileiros, e seja 0,5% superior ao resultado registrado em 2018, representa uma redução de cerca de 38% em comparação ao resultado de 2006, quando

15,6% dos brasileiros declararam-se fumantes.

**Site:**

<https://folhadelondrinadigital.pressreader.com/folha-de-londrina>

# Quadro social brasileiro é absolutamente dramático , diz Eduardo Giannetti

Por Bianca Lima e Luiz Guilherme Gerbelli, GloboNews e G1

Para o economista e filósofo Eduardo Giannetti, o quadro social do Brasil é absolutamente dramático e pode se transformar em uma catástrofe, caso novas medidas não sejam adotadas.

Segundo ele, o governo precisa atuar no curtíssimo prazo, no que classificou de o drama da fome . Mas Giannetti também defende ações mais estruturais, de médio e longo prazos, com foco na geração de emprego.

Nós não vamos reduzir a nossa desigualdade secular e obscena com transferência de renda. Essas políticas são bem-vindas e válidas, mas têm caráter emergencial , afirma. O mais importante é a volta do emprego. Não há política social melhor do que a geração de vagas.

## LEIA TAMBÉM

Imagem do Brasil está desgastada, mas piora não precisa ser permanente, diz Ilan Goldfajn Falta uma agenda de recuperação da economia', diz Laura Carvalho

O economista destacou a alta taxa de desemprego, que atinge mais de 14 milhões de pessoas, e de desalento, que reúne outros seis milhões de brasileiros, os quais desistiram de procurar uma ocupação. Isso vai exigir políticas públicas bem focalizadas, que consigam atenuar o drama de uma privação material tão séria como essa , afirmou.

Para Giannetti, o país pode crescer 4% neste ano. Para 2022, a projeção é de uma expansão bem menor, em torno de 2%. Ele se diz cético em relação ao avanço das reformas e alerta: Temo uma guinada populista (do governo Bolsonaro) em final de mandato, na pressão para maximizar as chances de reeleição.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Eduardo Giannetti - Foto: Divulgação

Qual é o cenário que você traça para a economia neste ano?

As estimativas estão vindo melhores do que se imaginava no final do ano passado. Houve uma recuperação muito forte do **PIB** brasileiro nos dois últimos trimestres do ano passado. Foi um repique forte. A estimativa provável para o crescimento do **PIB** neste ano é alguma coisa entre 3,5% e 4%.

Agora, é preciso entender uma coisa muito importante: o grosso desse crescimento em 2021 é o que os economistas chamam de carregamento estatístico. Mesmo que a economia nada cresça, ou seja, se ela mantiver o nível de produção alcançado no final do ano passado, ainda assim o país vai crescer cerca de 3%.

Não significa um movimento expressivo, então?

Não. Nós não vamos recuperar o **PIB** perdido durante a pandemia ainda em 2021. Isso só em 2022. E esse crescimento em 2021 é fundamentalmente o carregamento estatístico do ano passado. Não é crescimento novo, na margem. Se a gente olhar um pouco mais para frente, a expectativa a partir 2022 é muito mais baixa. Estamos falando de um número mais parecido com 2% a 2,5%.

Antes da pandemia, o Brasil já vinha colhendo um fraco desempenho do **PIB**. O que segura o nosso crescimento?

O grande nó brasileiro é o baixo investimento. Não tem crescimento sem investimento. Mas não há confiança com relação às regras do jogo na economia brasileira, para que o investidor privado se anime para fazer apostas de longo prazo, em novas plantas, projetos e negócios. E o setor público está com a sua capacidade de investimento totalmente estrangulada, não tem espaço nos orçamentos, tanto federal como estaduais.

Nós só vamos ter crescimento sustentável quando tivermos condições de investir com o mínimo de previsibilidade com relação ao retorno desses investimentos. Coloque-se na situação de um empresário considerando a possibilidade de um novo negócio que demanda muito capital. Ele não vai fazer essa aposta de longo prazo se não tiver o mínimo de confiança de que vai obter o retorno do capital que está investindo.

Se o sistema tributário está completamente em aberto,

e uma simples mudança nas regras tributárias pode tornar o investimento, que parecia maravilhoso, em alguma coisa péssima, ele não vai investir.

E as reformas não saem do papel...

É inacreditável que o governo Bolsonaro, já no seu terceiro ano de mandato, sequer tenha apresentado a sua proposta de reforma (tributária). O que ele apresentou foi um pedacinho de uma reforma, juntando dois **impostos** federais, mas que não dá conta da amplitude da **reforma tributária** que o Brasil precisa.

Retrato do economista Eduardo Giannetti - Foto: Evelson de Freitas/Estadão Conteúdo/Arquivo

Há espaço e viabilidade política para aprovar alguma reforma antes das eleições?

Eu não tenho uma avaliação otimista em relação à aprovação de reformas nessa reta final do governo Bolsonaro. Pelo contrário. Eu hoje temo uma guinada populista em final de mandato, na pressão para maximizar as chances de reeleição. O governo Bolsonaro já traiu um compromisso que fez na sua eleição, que era fazer política diferente no Brasil. Não aceitar chantagem do chamado Centrão.

O próximo capítulo desse enredo é a guinada populista fiscal, não a política. É começar a perder qualquer compromisso com o controle do gasto público, tendo em vista a ambição de se manter no poder por mais um mandato. Ainda mais num momento em que surge um candidato que se mostra competitivo, que é o Lula, e que coloca uma concreta alternativa e ameaça à reeleição de Bolsonaro.

E como a economia chega em 2022 se o Bolsonaro entrar nesse populismo?

Grandes emoções, aperte os cintos. Mas esse é o pior cenário. Eu não estou cantando essa bola e dizendo que vai ser assim. Eu estou dizendo que é uma ameaça que paira. Eu vou até dizer o seguinte: enquanto tiver o ministro Paulo Guedes à frente no Ministério da Economia, há um anteparo em relação a essa guinada populista fiscal. Há uma defesa, há alguma linha de proteção. Se o Paulo Guedes cair e entrar alguém da chamada ala desenvolvimentista do governo no lugar dele, aí o cenário que eu estava descrevendo começa a ficar mais visível.

Há chance de uma terceira via na eleição de 2022?

Eu certamente vejo espaço para isso, mas tem que haver um trabalho muito competente de coalizão, de união de forças. Eu acredito que esse movimento é

possível. Até onde eu acompanho as pesquisas, aproximadamente 40% do eleitorado não quer que se repita em 2022 a polarização raivosa Bolsonaro X petismo. Para você mobilizar esses 40%, tem que construir um projeto, tem que construir uma candidatura forte competitiva. Isso eu não estou vendo acontecer ainda no Brasil.

No ano passado, o Auxílio Emergencial trouxe uma melhora nos indicadores de desigualdade. Mas essa melhora foi revertida em 2021 e até agravada. Como você avalia esse quadro de desigualdade no pós-pandemia?

O quadro social brasileiro é absolutamente dramático. Eu acho que nós temos que pensar, de novo, em medidas para impedir que ele se torne uma catástrofe social. Agora, o mais importante é a volta do emprego. Não há política social melhor do que a geração de emprego.

Pelo desemprego, que está num nível muito elevado, 14 milhões de pessoas, pelo desalento e pela piora da qualidade do emprego, que nós estamos vivendo no Brasil, essa questão social vai demandar trabalho de desenhar políticas públicas bem focalizadas, que consigam atenuar o drama de uma privação material tão séria como essa.

São medidas imediatas ou teriam de ser pensadas coisas mais estruturais?

Uma coisa é uma política emergencial de curtíssimo prazo, uma situação de famílias que estão sem nenhuma condição de obter o mínimo necessário para a sua sobrevivência. E isso tem que ser pensado. O estado brasileiro tem que atuar nessa intenção, no drama da fome. Agora, olhando mais para frente, o que vai dar alento, o que vai melhorar a condição de vida dos brasileiros é o crescimento econômico e a geração de emprego. E isso também tem que ser começado a pensar desde já.

Nós não vamos reduzir a nossa desigualdade secular, obscena, injusta, com transferência de renda. Simplesmente transferindo renda de A para B. Não é assim que se resolveu em nenhum lugar do mundo. Políticas de transferência de renda são bem-vindas, são válidas, mas elas têm um caráter emergencial. O Bolsa Família é uma política de transferência de renda, tem um caráter emergencial. O que vai, de fato, resolver essa questão é a formação de capacidade humana por meio da educação, da saúde, do saneamento, da segurança, etc. E é nisso que nós vamos ter de focar.

Vídeos: Últimas notícias de economia

**Site:**

**[https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/06/02/quadr  
o-social-brasileiro-e-absolutamente-dramatico-diz-  
eduardo-giannetti.ghtml](https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/06/02/quadr-o-social-brasileiro-e-absolutamente-dramatico-diz-eduardo-giannetti.ghtml)**

# Lira abafa oposição e emplaca agenda de Bolsonaro e Guedes na Câmara

*Luciana Amaral*

Com mudanças no regimento interno e colocando a habilidade de articulação à prova, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tem conseguido abafar a oposição e emplacar a agenda do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e do ministro da Economia, Paulo Guedes .

Líder informal do centrão, Lira foi eleito ao posto pela maioria dos colegas com o apoio do Palácio do Planalto em 1º de fevereiro deste ano, num aceno de que o grupo iria reforçar a base do governo no Congresso.

Embora nenhuma relação seja apenas de bonanças, a avaliação de deputados federais ouvidos pela reportagem é a de que, desde então, Lira realmente tem conseguido retribuir o suporte recebido do Planalto conciliando as matérias de interesse do governo com as do centrão.

Lira conseguiu aprovar na Câmara, com ampla vantagem, por exemplo, a autonomia do Banco Central, as novas regras para o licenciamento ambiental e a Medida Provisória que autoriza a privatização da Eletrobras .

As reformas administrativa e tributária também foram, de certa forma, revividas com a ajuda de Lira após meses em banho-maria. Embora as propostas das reformas ainda sofram com série de conflitos entre os atores envolvidos e devam ser desidratadas em relação à vontade de Paulo Guedes, o governo ainda enxerga alguma luz no fim do túnel para a aprovação delas até o fim do ano.

O Planalto sabe que, no ano que vem, medidas impopulares, como a reforma administrativa, não terão espaço na retórica e na prática da gestão de Bolsonaro para que ele possa tentar se reeleger.

Perante a **reforma tributária**, sob a justificativa de esgotamento de prazo, Lira desfez comissão especial criada para PEC (Proposta de Emenda à Constituição) sobre o tema de autoria de seu principal adversário na disputa à presidência da Câmara, Baleia Rossi (MDB-SP), e que conta com o apoio de seu antecessor no cargo, Rodrigo Maia (RJ) - que vivia às turras com Bolsonaro e Guedes.

Lira também acabou não levando em consideração o parecer do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da comissão mista criada para debater o assunto, e passou a defender que as mudanças sejam promovidas de forma fatiada.

A iniciativa pode fazer com que a reforma enfrente menos percalços do que se fosse votada num bloco maior. O importante para o governo agora é mandar sinalizações ao mercado financeiro num momento em que o presidente Bolsonaro se vê diante de desgastes com as investigações da CPI da Covid , no Senado, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ganhando corpo em pesquisas de intenção de voto.

A expectativa dos deputados agora é que Arthur Lira pautе o projeto de mineração em terras indígenas, dentre os grandes interesses do governo no Congresso.

À reportagem, líderes da oposição alegam que Lira está tentando mostrar lealdade a Bolsonaro após o apoio na eleição à Presidência da Câmara, e que ele consegue ter o centrão sob o controle do governo devido ao pagamento de emendas, inclusive com um suposto orçamento secreto .

Lira e líderes governistas, por sua vez, costumam creditar o resultado das votações a discussões nos bastidores em busca do consenso.

Nas redes sociais, o presidente da Câmara já argumentou que o aumento do percentual de engajamento de várias bancadas em torno dos temas aprovados na atual legislatura comprova não o alinhamento a governos ou a comandos partidários .

Um outro ponto que vem incomodando particularmente a oposição é a mudança de parte do regimento interno da Câmara por meio de projeto aprovado em meados de maio. O descontentamento é tanto que as novas regras foram apelidadas de RegiLira por seus detratores.

Líderes opositores ao governo afirmam que Lira abafou o grupo ao alterar a duração máxima de alguns tipos de sessões . Enquanto sessões de debates ficaram com limite de tempo mais restrito, as deliberativas foram prolongadas.

Na prática, essa prorrogação das sessões em que há votações restringe a quantidade de vezes que instrumentos de obstrução usados pela oposição e partidos de bancadas menores podem ser apresentados, alegam.

A oposição reclama também que agora há menos tempo de fala de líderes e menos possibilidades para pedidos de retiradas de projetos de pauta, por exemplo. Houve mudanças ainda referentes ao funcionamento de emendas, de destaques e de requerimentos de adiamento da discussão.

Governistas defendem que as mudanças dão celeridade às votações e modernizam o andamento das sessões da Câmara.

Para líderes, essas mudanças foram fatais para o menor poder de articulação da oposição na análise da MP da Eletrobras.

Um vice-líder da Minoria da Câmara afirma que a gente não aparece mais no visor .

O líder da Oposição na Câmara, Alessandro Molon (PSB-RJ), afirma que a presidência de Lira tem sido dura com o grupo. Ele acrescenta que as mudanças promovidas no regimento interno da Casa suprimiram das minorias parlamentares o direito de apresentar requerimentos que garantiam uma melhor discussão das matérias .

Alessandro Molon, líder da Oposição na Câmara

O líder do PT na Câmara, Bohn Gass (RS), considera ainda que a não instalação de comissões mistas para a análise de Medidas Provisórias priva a sociedade de debates ao dificultar a realização de audiências públicas que apontem pensamentos contraditórios ao que defende o governo.

As MPs tiveram o prazo de votação enxugado e estão sendo analisadas diretamente nos plenários do Senado e da Câmara durante a pandemia da covid-19.

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/02/lira-abafa-oposicao-e-emplaca-agenda-de-bolsonaro-e-guedes-na-camara.htm>

# DF já investiu R\$ 1,3 bi no combate à pandemia

» **SAMARA SCHWINGEL**

Em cerca de um ano e três meses de pandemia da covid-19, o Governo do Distrito Federal (GDF) direcionou mais de R\$ 1,3 bilhão para tratar do combate à doença. Desse valor, R\$ 798.082.857,44 foram transferidos pelo governo federal, desde o início da crise sanitária, para auxiliar a capital nas despesas do combate à doença (veja *Gastos na pandemia*). De acordo com dados do Portal de Transparência do GDF, há, ainda, cerca de R\$ 147,5 milhões dos R\$ 1,525 bilhão a serem investidos. A maioria do orçamento, até o momento, foi destinada para a gestão de ações que estiveram à frente do combate à pandemia, com a contratação de serviços, obras e fornecimento de bens.

Grande parte do valor foi investido ainda em 2020, que soma R\$ 1.272 bilhão voltado para a gestão da crise sanitária. Nos primeiros cinco meses de 2021, foram R\$ 105,5 milhões destinados para diversos órgãos do governo local. De acordo com os dados levantados pelo Correio, a Secretaria de Saúde (SES) é a pasta que mais recebeu recursos: R\$ 869,4 milhões. Os credores que lideram o recebimento do orçamento são: o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde (Iges-DF), com R\$ 338,4 milhões; o Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada (Icipe), com R\$ 68,1 milhões; e a Associação Saúde em Movimento (ASM), com R\$ 58,1 milhões.

Ainda segundo o portal, os custos relacionados ao combate à pandemia, em sua maioria, foram direcionados para o Fundo de Saúde do Distrito Federal - criado em 1996 como instrumento de administração e suporte financeiro para as ações do Sistema Único de Saúde (SUS), coordenadas ou executadas pela Secretaria de Saúde. Esse fundo liquidou R\$ 394,2 milhões em contratos. Cerca de R\$ 199,4 milhões foram destinados para a contratação emergencial de assistência de servidores e insumos para o combate à covid-19. Além disso, o GDF destinou R\$ 27,3 milhões para pagar servidores para operarem em unidades de terapia intensiva (UTIs) no SUS.

Prioridade

Para o professor de ciências públicas da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Piscitelli, a saúde, neste

momento, é prioridade, mas não se pode esquecer de outras áreas. Além disso, o especialista destaca que é importante ter atenção aos recursos que são carimbados ou de uso livre. "A União financia grande parte dos gastos em saúde, e o governo local complementa. Mas, para dizer se é muito ou pouco, tem que se avaliar as necessidades do DF na atual conjuntura da crise sanitária", explica. Roberto afirma que, para garantir que os recursos sejam usados da forma correta e sem desvios, o poder Legislativo e os órgãos de controle externo são essenciais. "Os recursos são sempre limitados, e as necessidades são sempre ilimitadas. Por isso, a importância do Legislativo e da fiscalização de órgãos de controle no acompanhamento e avaliação de aplicação dos recursos. Eles devem avaliar se o que foi definido como prioritário realmente correspondia à realidade do momento", esclarece.

A Secretaria de Economia do DF informou que, além da Saúde, investiu em medidas para garantir a recuperação econômica da capital federal. Entre as ações destacadas pela pasta, estão o pacote de 20 medidas de apoio ao setor produtivo do Pró-Economia e a criação do Programa de Mobilização e Defesa da Vida do Distrito Federal (Provida), no qual contribuintes podem fazer o pagamento de **tributos**, vencidos ou a vencer, inscritos ou não em dívida ativa, por meio de restituição em pagamento. Além disso, a pasta destacou o Programa Mobilidade Cidadã, criado no ano passado. Segundo o GDF, ele garantiu o pagamento do auxílio de R\$ 600 durante três meses, a partir de junho de 2020, para cerca de 1,7 mil proprietários de ônibus, micro-ônibus ou outros veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo. O programa foi renovado por mais três meses, de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021.

"E, em maio, dois setores impactados pela pandemia da covid-19 voltaram a receber auxílio emergencial do GDF: taxistas e profissionais do transporte escolar. São três parcelas de R\$ 600. Com a nova etapa do auxílio, cerca de 4,5 mil profissionais devem ser beneficiados. O impacto dessas três novas parcelas será de R\$ 9,8 milhões", informou a secretaria por meio de nota.

Vacinação

A imunização contra a covid-19 dos profissionais da

área da educação do DF será retomada hoje. A Secretaria de Educação ampliou os pontos de vacinação para os professores, antes apenas na Unidade Básica de Saúde nº 1 do Guará (UBS 1). Os novos postos são: drive-thru do Parque da Cidade; UBS nº 1 (SGAS 612); UBS nº 2 (EQN 114/115); e na UBS nº 2 do Cruzeiro Velho. Não haverá mais hora marcada para os convocados comparecerem ao posto no dia do chamado. O horário de vacinação segue das 9h às 17h, conforme lista divulgada pela secretaria no site <http://www.educacao.df.gov.br/plano-de-vacinacao-da-educacao/>.

#### Alta ocupação nos hospitais

Nas últimas 24h, o Distrito Federal registrou 836 casos e 22 óbitos por covid-19, totalizando 406,7 mil infecções e 8.692 mortes desde o início da crise sanitária. Com as atualizações, a média móvel de casos chegou a 935,8, valor 10,3% menor do que há duas semanas. A mediana de mortes está em 25,4, equivalente a uma queda de 2,3% em relação há 14 dias. Apesar das quedas nos índices, os hospitais das redes pública e privada operam com mais de 80% de ocupação dos leitos de unidades de terapia intensiva (UTI) voltados para o tratamento da doença.

Com a taxa de transmissão do vírus em 0,99, ontem, as UTIs públicas operavam com 89,74% de ocupação, sendo que, das 452 unidades, 210 estavam com pacientes, 24 vagos e 218 bloqueados. Na rede privada, a taxa de ocupação era de 85,54%. Dos 307 leitos, 208 estavam ocupados, 36 livres e 63 bloqueados.

#### Monitoramento

A Secretaria de Saúde informou, por meio de nota, que a taxa de ocupação dos leitos de UTI está em monitoramento pois "as condições da alta hospitalar variam de acordo com os critérios estabelecidos pela SES, e, apesar da provável redução dos casos, a taxa de ocupação de leitos nunca caiu, pois, a internação em leitos de UTI segue critérios específicos que variam de forma individual para cada paciente, pois cada um possui necessidades clínicas distintas." Em relação à vacinação, ontem, 12 mil primeiras doses e 2,4 mil reforços foram aplicados no DF. Assim, 653,3 mil pessoas receberam a D1 (primeira dose) e 322,5 mil, a D2 (segunda dose) desde o início da campanha de imunização.

# Vacinação para ajudar a economia

» *Edis Henrique Peres*

Vice-presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o deputado distrital Rodrigo Delmasso (Republicanos) destacou que a Casa tem como prioridade, neste mês, a votação do pacote Pró-Economia 1, conforme antecipou o Correio Braziliense na edição da última segunda-feira, o qual tem entre os objetivos diminuir o desemprego, além de isenção de **impostos**. O parlamentar avalia que a imunização é a melhor forma de sairmos da crise econômica e sanitária. "A população deve buscar a vacina, independentemente da marca do imunizante. Porque a dose evita que o indivíduo evolua para um quadro de internação. Só assim vamos vencer a pandemia", afirmou, em entrevista ao jornalista Alexandre de Paula, ontem, no programa CB.Poder - parceria do Correio com a TV Brasília.

Sobre a economia, como vai ser a votação deste mês na CLDF? A prioridade dos parlamentares, no mês de junho, é votar o pacote econômico que o governo encaminhou para a Casa, chamado Pró Economia 1. Queremos avançar nesse pacote, que possui incentivos fiscais para a retomada no DF. Infelizmente, a pandemia atacou a economia diretamente, e vimos o índice de desemprego aumentar muito na cidade. Nosso foco é a diminuição do desemprego, adotar medidas de isenção de **impostos** e possibilitar a prorrogação de pagamentos. Algumas medidas já foram adotadas por decreto, mas outras precisam passar pela Câmara, como a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para as autoescolas.

O senhor acredita que a retomada será mais forte no segundo semestre? É cedo para falar sobre isso devido ao risco de uma terceira onda da covid-19? Eu sou muito otimista e acredito que a economia já está crescendo. Hoje (ontem) mesmo, tivemos a divulgação do **PIB** (Produto Interno Bruto), que cresceu 1,2% nos últimos três meses, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). E, também, no DF, creio em uma retomada rápida, até porque o setor produtivo tem sido parceiro da sociedade, e em geral temos nos reinventado. Com essas medidas que a Câmara aprovará, eu acredito que o segundo semestre será muito melhor do que o primeiro. Em relação à terceira onda, a população deve buscar a vacina, independentemente da marca do imunizante. Porque a dose evita que o indivíduo evolua para um quadro de internação. Só assim vamos vencer a pandemia.

A vacinação ajuda na economia? Quanto mais pessoas vacinadas nós temos, menor o índice e a possibilidade de termos novos lockdowns. Por isso, precisamos fazer a nossa parte, que é se vacinar, usar máscaras, álcool em gel e adotar o distanciamento social.

O senhor é relator da Comissão Especial da CLDF que acompanha e fiscaliza as ações do Governo do Distrito Federal (GDF) a respeito da vacina. Como avalia as ações realizadas na capital? Fizemos, até agora, dois relatórios preliminares. No primeiro, sugerimos a criação do agendamento da vacina, que a Secretaria de Saúde adotou, para evitar aglomerações nos postos de vacinação. No segundo relatório, foi melhorar a articulação da pasta com o Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass), porque a vacina é distribuída para os estados não seguindo uma lógica de proporção, mas o que é definido pelo conselho formado entre o Ministério da Saúde, o Conass e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. A quantidade da população é um critério, mas segue algumas exceções, como a situação que foi vivida em Manaus e que demandou mais doses para o Amazonas.

O senhor teve uma reunião com o Instituto Butantan para falar sobre a ButanVac, como está o processo? Eu saí muito animado da reunião. A ButanVac vai ser 100% brasileira, inclusive os insumos. Ela está em fase bem avançada, foram feitos alguns testes, e estão muito promissores os resultados. Segundo os diretores, a expectativa é de que a vacina esteja disponível a partir de agosto para todo o país.

Como o senhor avalia a relação do governo federal com a China? Eu não concordo com a ideologia do governo chinês, mas eles são os principais parceiros do Brasil. Por isso, é importante fortalecer os laços econômicos e abrir espaços para investimentos, seja de qualquer país que queira entrar no Brasil, pois só vamos ter um grande crescimento com investimento internacional. E os chineses querem investir no nosso país. Claro que não podemos ficar dependentes da China, mas temos que tratá-los como o que são: o nosso principal parceiro.

# Fraude de contadores gera rombo de R\$ 23 mi

Esquema fraudulento que causou prejuízo ao fisco estadual de R\$ 23 milhões foi desmantelado por meio de operação conjunta entre a Delegacia Especializada em Crimes Fazendários (Defaz) da Polícia Civil e a Secretaria de Fazenda de Mato Grosso (Sefaz). A Operação L'aranceto - "laranjal", em italiano -, deflagrada nessa terça-feira, 01, resultou no cumprimento de 5 mandados judiciais, sendo 3 de busca e apreensão e duas suspensões de atividade profissional de contadores que atuavam em Sorriso e Sinop. Eles são investigados por crimes de associação criminosa, falsidade ideológica e contra a ordem tributária.

Também foram cumpridas ordens judiciais em Lucas do Rio Verde.

A investigação apurou que empresas "fantasmas" foram criadas por criminosos que praticaram sonegação fiscal.

Essas empresas emitiam notas fiscais fraudulentas para empresas cerealistas. As "noteiras" chegaram a emitir notas no valor de R\$ 227 milhões em saídas interestaduais tributáveis de matéria-prima agrícola, causando prejuízo de R\$ 23 milhões ao fisco por Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não recolhido. O esquema aliciava "laranjas" para certificação digital utilizada na constituição das empresas fictícias em seus nomes, com o fim de sonegar **tributos**.

A apuração iniciou a partir do recebimento de informações da 14ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Cuiabá, por intermédio do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), sobre eventual ocorrência de crime contra a ordem tributária e apresentação de certidões de dívida ativa, inscrita em desfavor de uma das empresas investigadas, no montante total de R\$ 19,9 milhões. (SB)

**Site:**

**<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10570>**

## Impactos na conta de luz

Entidades ligadas ao setor elétrico e à indústria calculam que as emendas incluídas na Medida Provisória de privatização da Eletrobrás devem custar R\$ 41 bilhões ao consumidor brasileiro. Esse valor seria suficiente para elevar em 10% a conta de luz. A projeção foi divulgada na segunda-feira (31) em novo manifesto contra os "jabutis" (nome dado a emendas sem relação com o texto original dos projetos de lei), que foram incluídos na MP pelo relator do projeto no Câmara Federal, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA).

A conta considera a compra obrigatória de energia térmica e de pequenas centrais hidrelétricas e a renovação de contratos de energia renovável subsidiados. Por outro lado, é compensada pela transferência ao consumidor de outorgas que serão pagas pela Eletrobrás para renovar suas concessões.

Os jabutis foram questionados logo após sua aprovação por um grupo de 26 entidades que representam empresas do setor elétrico e grandes consumidores de energia, com fabricantes de automóveis, calçados e vidros, entre outros. "Se aprovada como está, a MP da Eletrobrás pode encarecer a conta de luz dos brasileiros e piorar a situação de indústrias e comércios que dependem da energia para produzir e gerar riqueza", disseram as entidades no manifesto divulgado nesta segunda.

O texto prevê a compra de 6.000 MW (megawatts) de usinas que devem ser instaladas nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Para as associações, a contratação dessas térmicas custaria ao consumidor até R\$ 20 bilhões por ano. As térmicas são defendidas pelas distribuidoras de gás natural, sob o argumento de que a energia gerada por termelétricas reduz o risco de racionamento e, se for utilizada de forma mais constante, poderia reduzir o custo da conta de luz.

Os projetos, porém, entrariam em operação a partir de 2026, sem impactos sobre a crise energética atual.

Imposições Além das térmicas, o texto de Nascimento impõe a contratação obrigatória de energias de pequenas centrais hidrelétricas. As imposições mudam a lógica do setor elétrico, que hoje compra energia por meio de leilões com disputa entre diversas fontes pelas tarifas mais baratas. O manifesto divulgado nesta segunda diz que, além do custo de R\$ 41 bilhões a valor presente, a MP custaria R\$ 16 bilhões em **impostos**. "Contando os R\$ 10 bilhões para políticas públicas, o custo final é o equivalente ao valor

de mercado da Eletrobrás e 3 vezes o valor que o governo espera arrecadar com a operação." O projeto de privatização prevê a emissão de novas ações da Eletrobrás com venda dos papéis apenas a investidores privados, diluindo a participação do governo, com a justificativa de que a empresa hoje não tem condições de investir e manter sua participação de mercado.

Críticas Após a inclusão dos jabutis, o processo passou a receber críticas públicas até de defensores da privatização, como a economista Elena Landau, que comandou o programa de desestatização do governo Fernando Henrique Cardoso.

No mercado, a avaliação é que, se o projeto não for alterado pelo Senado, vai criar uma reserva de mercado para atender interesses privados no setor de gás ao custo de aumento na conta de luz de todos os brasileiros. O principal beneficiado seria o empresário Carlos Suarez, da Termogás.

A Termogás é sócia de distribuidoras de gás canalizado ainda não atendidas por gasodutos, como por exemplo a do Distrito Federal, a do Maranhão e a do Piauí, onde deve ser construída uma das usinas previstas pelo projeto.

As distribuidoras de gás defendem que essas térmicas contribuiriam para reduzir as tarifas, porque esses projetos substituirão usinas a diesel ou óleo combustível, mais caras, e evitam a construção de linhas de transmissão levar energia do litoral ao interior.

Também argumentam que os opositores estão mais preocupados com a possibilidade de queda nos lucros que têm com a comercialização de contratos de energia no chamado mercado livre (onde os valores da energia são negociados entre as partes), já que a oferta permanente da energia das térmicas criaria um ambiente com preços mais estáveis.

Em 2018, no fim do governo de Michel **Temer**, os leilões regionais dessas térmicas a gás geraram polêmica semelhante. A proposta chegou a ser oficializada pelo então ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, em setembro, pouco antes da eleição presidencial. No entanto, a ideia não chegou a evoluir.

A Abegás tentou incluir o tema também no debate sobre o novo marco regulatório do gás natural, aprovado no Congresso em março, mas foi vencida.

Na ocasião, o líder do governo na Casa, senador Fernando Bezerra, orientou a bancada a votar contra.

16 bilhões IMPACTO EM **IMPOSTOS** O manifesto divulgado na segunda-feira diz que, além do custode R\$41 bilhões, a Medida Provisória custaria R\$ 16 bilhões em **impostos**

Se aprovada como está, a MP da Eletrobrás pode encarecer a conta de luz dos brasileiros e piorar a situação de indústrias e comércios que dependem da energia para gerar riqueza. Contando os R\$ 10 bilhões para políticas públicas, o custo final é o equivalente ao valor de mercado da Eletrobrás e 3 vezes o valor que o governo espera arrecadar com a operação. Trechos de manifesto de 26 entidades do setor elétrico

**Site:** <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

# Renda cai e famílias reduzem o consumo

Principal motor do Produto Interno Bruto (**PIB**), o consumo das famílias, recuou 0,1% nos três primeiros meses do ano, após dois trimestres positivos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de pequena, a queda chama a atenção, porque esse componente das contas nacionais equivale a pouco mais de 63% do **PIB**. Em relação ao mesmo período de 2020, o recuo foi de 1,7%, e, no acumulado em quatro trimestres, o tombo foi de 5,7%, acima da retração de 3,8% do **PIB** na mesma base de comparação. Segundo o IBGE, a variação negativa do consumo das famílias foi reflexo da pandemia e da **inflação** em alta, que, com a interrupção do auxílio emergencial nos primeiros meses do ano, ajudou a encolher ainda mais a renda da população, afetando atividades produtivas. A produção da indústria de transformação, por exemplo, caiu 0,5% na margem, puxada pela retração no consumo.

Essa é a realidade da dona de casa Maria de Fátima Silva Teodoro, de 57 anos, moradora do Gama, que tem feito compras apenas em mercados e feiras e tem evitado alimentos industrializados e itens supérfluos. "Hoje em dia, não consigo comprar nada além do essencial para passar o resto do mês, o que já fica muito caro para três pessoas, como é meu caso, que moro com meus dois filhos", afirmou. A professora Jeyze Brito, de 22 anos, conta que reduziu as idas ao supermercado a apenas uma por mês. "Tudo está muito caro. O preço da carne, principalmente, está muito elevado, mas também vi aumento no óleo e no arroz. Levar o mesmo tanto de alimentos de um ano atrás está saindo praticamente pelo dobro do valor. Mesmo economizando, o gasto no mercado está altíssimo, e nem sempre conseguimos fazer uma compra mais completa", disse ela, moradora de Santa Maria.

## Endividamento

Para especialistas, o endividamento das famílias, que atingiu o recorde de 57,7% da massa salarial em fevereiro, conforme dados do Banco Central divulgados na semana passada, pode atrapalhar uma retomada mais forte do consumo daqui para frente, porque o desemprego deverá continuar elevado. Pelas estimativas da economista Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), a taxa de desemprego, atualmente em 14,7%, vai encerrar o ano em 14,8%.

"O mercado de trabalho está gerando vagas, mas, mesmo se houver uma retomada da mais forte da economia, o número de postos não será suficiente para absorver o contingente de desempregados, que vai aumentar quando as pessoas em situação de desalento voltarem a procurar emprego", alertou.

Patrícia Krause, economista da seguradora Coface para a América Latina, observou que a inadimplência está baixa devido às negociações de dívidas recentes realizadas pelos bancos. Contudo, com o alto endividamento das famílias, há risco de a taxa de calote começar a subir. "Para a economia ter uma recuperação forte e as famílias voltarem a consumir, é preciso uma reabertura, de fato, e isso será possível se a vacinação da população for bem-sucedida", destacou. (RH e Fernanda Strickland, estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo)

Bolsa reage com alta; dólar cai

Embalada pelo avanço de 1,2% no Produto Interno Bruto (**PIB**) no primeiro trimestre, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou em alta de 1,63%, aos 128.267 pontos, na terceira quebra consecutiva de recorde de fechamento. O dólar recuou 1,51%, a R\$ 5,146, o menor valor desde 21 de dezembro. Para a economista-chefe do Credit Suisse no Brasil, Solange Srouf, a surpresa positiva do **PIB** mostra que o Brasil pode crescer mesmo sem estímulo fiscal, embora ainda tenha de avançar em questões estruturais, como as reformas, especialmente a administrativa, pelo efeito futuro sobre os gastos obrigatórios.

## Setor público segura serviços

As taxas positivas na agropecuária (5,7%), indústria (0,7%) e serviços (0,4%) puxaram o crescimento de 1,2% do **PIB** brasileiro no primeiro trimestre de 2021, em relação ao último trimestre de 2020, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, no acumulado dos últimos quatro trimestres, os desempenhos são mais modestos, com agropecuária crescendo (2,3%), e indústria (-2,7%) e serviços (-4,5%), caindo.

Nos serviços, que contribuem com 73% do **PIB**, houve resultados positivos em transporte, armazenagem e correio (3,6%), intermediação financeira e seguros (1,7%), informação e comunicação (1,4%), comércio (1,2%) e atividades imobiliárias (1,0%). Somente o segmento outros serviços ficou estável (0,1%), informou o órgão.

"A única variação negativa (em outros serviços) foi a da administração, saúde e educação pública (-0,6%). Estão ocorrendo muitas aposentadorias, sem novos concursos para repor as vagas. Isso afeta a contribuição da atividade para o valor adicionado", explicou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Em relação ao primeiro trimestre de 2020, os serviços tiveram queda de 0,8%, com baixa significativa em outras atividades de serviços (-7,3%) - influenciada pelo declínio de serviços presenciais, devido às restrições impostas pela pandemia.

O setor, por sinal, foi o único a apresentar queda em relação aos primeiros três meses de 2020, já que a indústria (3%) e a agropecuária (5,2%) mostraram recuperação. Na agropecuária, a alta foi puxada pela melhora na produtividade e no desempenho de alguns produtos, sobretudo, a soja, que tem grande peso na lavoura brasileira.

Gabriel Nunes, diretor geral da TNS Nano, que desenvolve soluções em nanotecnologia, com forte atuação no agronegócio, prevê que o desempenho do setor vai ser ainda melhor daqui para a frente. "O agronegócio aproveitou o câmbio favorável para exportar e ampliar as vendas para outros mercados. Agora, com a demanda consolidada e a expectativa de safra recorde, a diversificação dos mercados vai manter o setor aquecido", assinalou Nunes.

No caso da indústria, somente a de transformação teve resultado negativo (-0,5%), no primeiro trimestre, no confronto com o último trimestre de 2020. Nos

demais, houve avanço: indústrias extrativas (3,2%), construção (2,1%) e eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (0,9%).

Em relação ao primeiro trimestre do ano passado, a indústria cresceu 3%, com bom desempenho da indústria de transformação (5,6%) - influenciado pela fabricação de máquinas e equipamentos e metalurgia. (VB)

## As palavras e os números (3)

Que os economistas do governo ou da iniciativa privada erram em suas previsões, os brasileiros sabem, e muito bem. Os políticos, então, quando se trata da economia, nem se fala. Com visão otimista sobre o comportamento do país, o presidente Jair Bolsonaro abriu a semana destacando a investidores de uma centena de países, em encontro virtual, que a covid-19 não será capaz de comprometer a expansão de longo prazo do país. Faltou explicar como serão incluídos nessa perspectiva 14,8 milhões de desempregados e mais de 27 milhões de pobres, além de solucionada uma inflação que avança em vários setores.

Na visão do presidente, o Brasil está "preparado para oferecer oportunidades únicas a investidores de todo o mundo por meio de suas potencialidades". O discurso de Bolsonaro ganhou amparo com as surpreendentes taxas de crescimento de 1,2% da economia brasileira de janeiro a março, em relação ao último trimestre de 2020, e de 1% na comparação com os primeiros três meses de 2020. O resultado levou o PIB de volta ao patamar anterior à pandemia, em termos de volume, e representa um alento em momento de incerteza em relação aos rumos do país diante do desafio gigante de conter os danos causados pela pandemia. Mesmo que o ritmo tenha perdido força, com alta do PIB menor que as registradas nos dois trimestres anteriores, os números confirmam a continuidade da recuperação. É também clara a conexão com o movimento recente de revisões para melhor dos indicadores econômicos. Os analistas do mercado financeiro passaram a acomodar, agora, até 5,5% de expansão do PIB de 2021.

O próprio FMI revisou suas estimativas de aceleração da economia brasileira, de 3,6% para 3,7%. Contudo, muita terra terá de ser movida até o fim do ano para limpar o caminho a essas projeções e impedir que se tornem a sorte dos brasileiros de maior renda. A OCDE prefere a cautela e, embora tenha mantido expectativa de crescimento do Brasil no mesmo nível do estimado pelo FMI para este ano, reviu para 5,8% a estimativa de expansão do PIB no mundo, assim como para 6,3% a taxa imaginada para as nações do G20; a 8,5% aquela de emergentes, a exemplo da China, 7,6% para a Colômbia e 6,1% para a Argentina.

A instituição, da qual o Planalto tanto reivindica uma cadeira, não só vê um Brasil crescendo menos do que seus pares e o planeta, como alerta para o risco que representam para a recuperação do país as medidas descoordenadas no combate à doença respiratória.

Onde apenas se vê a árvore, não se enxerga a floresta.

A despeito das revisões para cima dos indicadores da economia que os analistas de bancos e corretoras adotaram, fica a pergunta, que alguns deles chegam a fazer. Se as dificuldades prevalecerem, como alta de preços, desvalorização do real, desemprego alto, e crise hídrica com perigo de apagão, podemos descartar que o Brasil esteja caminhando para um cenário de estagflação? Traduzindo-se o economês, a expressão que combina expansão modesta com inflação elevada, pode ser lembrada sem dificuldades.

Nos anos 70, o termo se consolidou como sinônimo do que à época ocorria em países como os Estados Unidos e o Reino Unido. Era resultado do 1º choque do petróleo, quando os países árabes produtores barraram as exportações do óleo como represália ao apoio norte-americano a Israel. No curso do fenômeno da estagflação, o consumidor paga mais caro, enquanto as empresas colocam freio na produção, e isso afeta também o emprego.

O Brasil já enfrentou a experiência desfavorável no começo da década de 80, quando a dívida externa havia se tornado um problema, e em alguns períodos dos anos 2000. Outro ingrediente nesse caldeirão não falta hoje, a injeção de grande soma de dinheiro público na economia, neste momento, necessário para deter os efeitos da covid-19, a exemplo do auxílio emergencial.

Os manuais de economia lembram mais uma questão que pode estar presente e com origem dentro do próprio governo, projeções equivocadas do comportamento da economia. O tempo dirá se elas têm sustentação, mas um grande inconveniente nisso é que os brasileiros não podem se dar ao luxo de perder nem sequer um minuto na luta contra o coronavírus e seus dramáticos efeitos na vida da nação.

# PIB sobe e volta ao pré-Covid, mas ganho não chega a pobres

A economia brasileira surpreendeu analistas e retornou ao patamar em que estava no quarto trimestre de 2019, antes de ser atingida pela pandemia de Covid, mostram dados do **PIB** (Produto Interno Bruto) divulgados nesta terça-feira (i°) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O crescimento nos três primeiros meses do ano chegou a 1,2% na comparação com o trimestre anterior, mas não se deu de forma igual entre os diferentes setores. Pessoas que dependem de empregos de menor qualificação, sobretudo no mercado informal, não foram alcançadas por essa melhora.

O setor de serviços, o que mais emprega, avançou 0,4% e, nele, o grupo de atividades que inclui alimentação e lazer (entre outros) e responde por 1 em 3 postos no país ainda está 9,5% abaixo do nível pré-Covid. Para economistas, o incremento dos índices não reflete a fragilidade no mercado de trabalho.

A atividade econômica ainda não recobrou o ápice, registrado no início de 2014, e o crescimento desacelerou em relação ao último trimestre de 2020. Ainda assim, os números animaram os mercados, que previam elevação de 0,8%. Na comparação com o primeiro trimestre de 2020, a alta foi de 1%. Mercado A17

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

46

# O falso miserê - ANTONIO DELFIM NETTO

## **ANTONIO DELFIM NETTO**

Temos insistido na importância do descolamento entre o desempenho da economia e o ambiente de turbulência e incerteza política permanente em que vive o país. Os números da atividade econômica surpreendem positivamente sob vários aspectos, e uma recuperação cíclica mais robusta é um passo importante na retomada do crescimento.

Não podemos, entretanto, esquecer o trabalho de pavimentar o futuro e trabalhar pelas reformas de que o Brasil precisa. A agenda de longo prazo é conhecida (elevação da produtividade, codinome do crescimento econômico, e investimento em capital humano, entre outros fatores), mas as reformas como a administrativa e a tributária são peças complementares a esse processo.

As discussões em torno da **reforma tributária** ocupam cada vez mais espaço relativamente à reforma administrativa. Embora ambas sejam de extrema importância e tenham obstáculos políticos distintos, a última parece merecer maior destaque no momento. A tributária não está madura. Não há um projeto coeso para a reformulação da tributação do consumo e da renda, e as disputas setoriais, entre entes federativos, e entre os grupos no Congresso continuam a impedir a construção de um denominador comum coerente.

No caso da reforma do Estado, as resistências estão onde sempre estiveram: numa casta de privilegiados que se apropriou do poder e do excedente produtivo. Um dos lobbies mais poderosos de Brasília agora conta com o reforço -explícito e de bastidores- da "tropa de choque" do Planalto. Não contente em proteger pequenos grupos na reforma da Previdência e em autorizar vencimentos extra-teto para servidores do Executivo, agora trabalha também junto a congressistas para barrar o avanço das discussões em torno da sua própria reforma. O primeiro termômetro desse processo pode ser visto no placar da votação do parecer da CCJ: 39 x 26, 9 votos contrários a mais do que os 17 dos partidos de oposição.

As dificuldades, mesmo de um projeto que trata "apenas" do futuro, são reveladoras e requerem empenho de toda a sociedade. Sob quase todas as métricas disponíveis (salários, critérios de avaliação e progressão de carreira, gastos per capita ou em % do

**PIB** etc.), o Brasil destoa de seus pares e, em alguns casos, tem padrões nórdicos.

A única categoria que passou incólume em termos de renda e emprego na pandemia deve dar a sua contribuição, e o país precisa de um serviço público mais eficiente, produtivo, moderno e despidido dos privilégios e dos penduricalhos flagrantemente imorais de que desfruta. Ao contrário do que a elite do funcionalismo pensa, ela não vive num "miserê danado".

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

46

# Retomada vem em dois vês; um de vigorosa, outro, de vulnerável (2)

**Nelson Barbosa**

A economia brasileira cresceu 1,2% no primeiro trimestre, dissipando o risco de recessão técnica em 2021. Falo do número com ajuste sazonal divulgado pelo IBGE.

Na comparação com o mesmo período de 2021 o crescimento foi parecido, de 1%. Prefiro analisar este último número porque estimativas com ajuste sazonal podem variar muito à medida em que novas observações são acrescentadas ao **PIB**, mas isso é coisa de estatístico. Passemos às interpretações econômicas.

De um lado, a recuperação do **PIB** foi vigorosa! Na comparação com o primeiro trimestre de 2020 a agropecuária cresceu 5,2% e a indústria 3%, um desempenho muito bom considerando que a pandemia atingiu o Brasil somente no final de março do ano passado.

Houve forte crescimento do investimento, de 17%, puxado por compra de máquinas e equipamentos e gastos com tecnologia de informação, para empresas e famílias se adequarem à realidade pós-pandemia. O comércio cresceu 3,5%, provavelmente puxado pela expansão de compras pela internet e serviços de entrega para os mais ricos.

Do outro lado, a recuperação do **PIB** foi vulnerável! Na comparação com o mesmo período de 2020, houve queda de 0,8% nos serviços, provavelmente devido ao arrocho fiscal e aos efeitos da segunda onda da Covid sobre a prestação de serviços pessoais nas cidades.

Apesar da queda do juro e do boom nos preços de imóveis, a construção civil registrou a quinta contração seguida, com queda de 0,9% em relação ao início de 2020. A situação tende a se estabilizar no restante do ano, mas não haverá recuperação sustentável sem aumento substancial da construção civil.

O fim abrupto do auxílio emergencial e o aumento da **inflação** contribuíram para derrubar o consumo das famílias em 1,7%, a quinta queda consecutiva neste tipo de comparação. E no setor público, o hiper arrocho fiscal derrubou o consumo do governo (gasto com educação, saúde e atividades afins) em 4,9%, a décima queda consecutiva para "quebrar o piso" da

vida de milhões de pessoas.

Qual é o diagnóstico final? Como tudo em economia, você lerá várias interpretações na imprensa, do ufanismo governista ao catastrofismo oposicionista. Dado que o cenário de 2021 ainda é muito incerto para o Brasil, prefiro ficar no muro.

O resultado do **PIB** foi muito melhor do que se esperava há alguns meses e isso é ótimo. Crescimento ajuda a diminuir tensão social e facilita o equacionamento da situação fiscal, mesmo que a política fiscal não tenha contribuído para o crescimento.

Porém, não há como ignorar que a recuperação econômica está bem desigual, entre setores, entre regiões e, sobretudo, entre ricos e pobres. A queda do consumo das famílias é preocupante, mas isso pode ser atenuado com o auxílio emergencial, que voltou a ser pago a partir de abril.

O quadro atual me lembrou aquela frase atribuída a Medici durante a ditadura militar e milagre econômico dos anos 1970: "a economia vai bem, mas o povo vai mal". Traduzindo para hoje, não sei se nossa recuperação é em "V" de vigor ou vulnerabilidade, mas com certeza ela tem um "D" de desigual.

Para que o crescimento do **PIB** se sustente e beneficie mais pessoas será preciso reforçar a transferência de renda às famílias mais vulneráveis, bem como garantir que a elevação de **PIB** gere empregos na quantidade necessária para reduzir o desemprego.

O governo tem instrumentos para fazer isso, mas por enquanto nossa equipe de ideologia econômica se recusa a ler corretamente a mensagem do **PIB**. Para a recuperação ser efetiva, ela deve ser para todos.

[...]

O resultado do **PIB** foi muito melhor do que se esperava há alguns meses, e isso é ótimo. Porém, não há como ignorar que a recuperação está bem desigual, entre setores, entre regiões e, sobretudo, entre ricos e pobres

Nelson Barbosa Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016).

É doutor em economia pela New School for Social  
Research

**Site:**

**[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&\\_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&\\_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e)**

# Com atraso em vacina, Brasil perde 7 posições em ranking no tri

O Brasil perdeu sete posições no primeiro trimestre em um ranking que compara o desempenho econômico de 50 países. O levantamento é produzido pela agência de classificação de risco Austin Rating.

O **PIB** cresceu 1,2% em relação aos três meses anteriores. Conforme o ranking, outras 18 nações tiveram alta superior no mesmo período, deixando o Brasil na 19ª posição da tabela.

O país figurava no 12o lugar do levantamento anterior, com base em estatísticas do quarto trimestre de 2020.

Na avaliação de Alex Agostini, o **PIB** brasileiro cresceu menos do que o de outros locais devido a uma combinação de fatores.

O primeiro é o atraso da vacinação contra a Covid-19 na comparação com outras regiões, incluindo Europa e EUA. A imunização é considerada fundamental para recuperação do setor de serviços, o maior da economia brasileira, diz Agostini

Outro fator que freou o desempenho é a restrição fiscal que atinge o país. No primeiro trimestre, o governo interrompeu programas de estímulo, como o auxílio emergencial, e isso afetou o consumo das famílias. O auxílio só foi retomado em abril.

A Croácia lidera o ranking do primeiro trimestre, com avanço de 8% no **PIB**. Em seguida, aparecem Hong Kong (5,4%), Estônia (4,8%) e Chile (3,2%). Os EUA ficaram no 15ª lugar (+1,6%). LV

**Site:**

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&\\_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&\\_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e)

# País cresceu mesmo sem programas emergenciais, diz pasta de Guedes

**Bernardo Caram Danielle Brant**

Brasília O Ministério da Economia afirmou nesta terça-feira (1º) que a economia brasileira se manteve em crescimento no primeiro trimestre deste ano mesmo sem a presença de programas emergenciais de enfrentamento à pandemia do coronavírus.

Nota técnica produzida pela SPE (Secretaria de Política Econômica) da pasta avaliou o resultado do **PIB** do primeiro trimestre, que teve crescimento de 1.2% em relação ao trimestre anterior.

"A atividade econômica, a despeito do fim dos programas emergenciais do governo federal em dezembro de 2020, e do recrudescimento da pandemia no começo de 2021, permaneceu em trajetória de elevação nos primeiros meses do ano" informou a secretaria.

"A retirada dos estímulos governamentais temporários, tal como defendido por esta SPE, não teve impactos significativos sobre a atividade no primeiro trimestre do ano." Em audiência pública na Câmara nesta terça, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que o resultado do **PIB** "sinaliza um crescimento bastante forte da economia" em 2021.

Sem especificar nomes, Guedes rebateu indiretamente a nota produzida pela SPE.

"É claro que o auxílio emergencial teve efeito sobre a economia, ajudou a economia a voltar. Evidente que ajudou. Se algum assistente meu ou secretário meu escreveu o contrário, pode ser que nos modelos deles isso não ocorra, mas é evidente que o auxílio ajudou a economia a voltar!" Neste ano, o governo optou por não renovar a calamidade pública que vigorou

em 2020 e permitiu uma expansão de gastos públicos para o enfrentamento à pandemia. Sem Orçamento aprovado, os programas emergenciais foram interrompidos por mais de três meses.

Em março, o Congresso aprovou a PEC Emergencial e destravou a nova rodada do auxílio emergencial. Os pagamentos foram iniciados apenas em abril.

Além disso, só no fim de abril houve liberação de recursos para a reedição da medida que permite corte

de jornadas e salários de trabalhadores, com compensação parcial paga aos trabalhadores afetados. O programa emergencial de crédito a pequenas empresas segue travado até o momento.

O atraso na implementação das medidas foi criticado por especialistas e parlamentares. Isso porque a crise sanitária registrou forte aceleração no primeiro trimestre, com disparada na taxa de mortalidade. O governo, por outro lado, argumenta que uma elevação na taxa de poupança e um rescaldo dos recursos liberados em 2020 minimizaram efeitos negativos no começo deste ano.

"Enfatiza-se que o governo federal cumpriu com sua determinação de encerrar todos os programas emergenciais, sem exceção, em 31 de dezembro de 2020. Contrariando diversos agentes econômicos que esperavam prorrogação dos auxílios indefinidamente, esses só retornaram em abril após clara piora da pandemia", disse a secretaria.

Em relação ao resultado do **PIB**, a SPE disse que houve forte alta na agropecuária e continuidade da recuperação dos serviços e da indústria. A secretaria ressalta que houve movimento de alta nos investimentos.

A nota afirma que as incertezas em relação à pandemia e ao risco hídrico, além da necessidade de consolidação fiscal, são fatores de alerta que inspiram atenção.

Em rede social, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o crescimento de 1,2% é "prova da força do povo brasileiro, da força da economia brasileira, da força das instituições brasileiras".

"Em meio a um período de tantas dificuldades e tanta dor, o Brasil mostra mais uma vez que temos de manter vivo o otimismo."

**Site:**

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&\\_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&\\_math=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&_math=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e)

# Ano eleitoral e agenda para 2023 vão mostrar se PIB é sustentável (2)

Solange Srour

Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio.

O **PIB** (Produto Interno Bruto) do 1º trimestre cresceu 1,2% em relação ao mesmo período de 2020, bem acima da mediana das previsões, em torno de 0,8%. O mais surpreendente é que, há poucos meses, a expectativa média do mercado era bem negativa, com previsão de contração.

O encerramento de diversos estímulos governamentais, a aceleração da **inflação** e o recrudescimento da pandemia eram os fatores por trás do elevado pessimismo. Com o resultado divulgado nesta terça (1º), o **PIB** praticamente voltou ao patamar do quarto trimestre de 2019, antes da pandemia do novo coronavírus.

As projeções para 2021, que no fim do ano passado estavam perto de 3%, caminham para algo entre 4,5% e 5%, e muitos economistas preveem números superiores a 5%.

Há alguns fatores por trás da maior resiliência da economia brasileira.

Em primeiro lugar, o nível de isolamento não subiu como o esperado mesmo com uma grave evolução da pandemia. Houve menor adesão da sociedade ao distanciamento social, explicada por diversos motivos: a necessidade de sair para as ruas para recompor renda, a fadiga do isolamento e uma sensação de maior segurança com o avanço da vacinação.

Segundo lugar, o forte crescimento mundial tem puxado preços de commodities para cima, o que é bastante relevante para uma economia exportadora de insumos básicos como a do Brasil.

Terceiro, a diminuição dos estímulos fiscais teve o efeito oposto ao que o consenso pressupunha: evitou a perda total da confiança e permitiu o começo da retomada dos investimentos.

Por fim, houve a adaptação dos trabalhadores ao novo ambiente de baixa mobilidade social, com possíveis ganhos de mais longo prazo, como a digitalização de ampla parte da economia.

Ainda que o cenário para o **PIB** tenha se tornado mais benigno, a recuperação tem sido bastante desigual entre setores. Embora a agropecuária, a indústria de transformação e o comércio já se encontrem hoje com um nível de produção bem acima do nível pré-pandemia, construção civil e serviços, sobretudo os mais relacionados ao contato social, estão ainda bem deprimidos.

Os reflexos no mercado de trabalho são dignos de nota: o emprego formal tem se recuperado de forma bem mais acentuada do que o informal.

Os riscos para o crescimento neste ano não são poucos, como a ocorrência de novas ondas mais severas de contágio, a aceleração da **inflação**, principalmente a de alimentos, que pressiona o poder de compra da população, além de um agravamento do quadro hidrológico do país.

A possibilidade de a expansão da economia surpreender está relacionada ao cenário externo.

O ambiente internacional pode continuar benigno por mais tempo com o recrudescimento do risco inflacionário nos Estados Unidos, uma apreciação cambial que pode trazer uma queda da **inflação** mais acelerada e a possibilidade de sairmos da crise com juros reais mais baixos do que antes da Covid.

Tudo indica que o Brasil terá uma recuperação vigorosa neste ano. Mas a uma grande dúvida permanece: quão sustentável é esse crescimento? Tudo vai depender da travessia do ano eleitoral e da agenda que será posta em 2023.

O futuro da política fiscal ganhou complexidades com a pandemia, e os desafios para colocar a nossa dívida em trajetória sustentável são maiores.

A desigualdade social se aprofundou e vai exigir desenhos melhores de políticas públicas. Questões como segurança jurídica de longo prazo, fortalecimento das agências reguladoras, abertura comercial e melhora de eficiência na nossa estrutura tributária estão bem atrasadas.

Crescer de forma cíclica é fácil, difícil é tornar esse crescimento estrutural.

**Site:**

**[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&\\_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&\\_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e)**

# Crise de energia e de insumos pode tirar um ponto do PIB

**Julio Wiziack**

BRASÍLIA

O risco de desabastecimento de energia e a falta de fornecimento de insumos para a indústria ameaçam derrubar em até 1 ponto percentual o ritmo da retomada, segundo técnicos do Ministério da Economia.

O diagnóstico ameaça o otimismo do ministro Paulo Guedes. Animado com a experiência da vacinação em massa em Serrana (SP), ele esperava crescimento na casa de 6% neste ano.

O impulso seria a imunização de pelo menos metade da população até o fim do terceiro trimestre.

No entanto, na avaliação de auxiliares de Guedes, o acionamento das usinas térmicas, que geram energia a custo muito mais elevado, vai pressionar para cima a conta de luz neste ano, especialmente a do setor produtivo, levando a **inflação** para cerca de 4,5%, acima do centro da meta novamente.

Nos últimos anos, o CMN (Conselho Monetário Nacional) tem definido um intervalo de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo. Por exemplo, no caso de 2020, a meta é de 4% e o intervalo é de 2,50% a 5,50%

Nesse patamar, a tendência, ainda segundo assessores de Guedes, é que o Banco Central aumente a taxa básica de juros para algo perto de 6% ao ano. Hoje, a Selic está em 3,5%.

O ministro avalia que a vacinação determinará o ritmo de crescimento da economia porque a população voltará às ruas. Sem medo, o consumo reaquece e a roda da economia volta a girar.

Serrana, por exemplo, cidade paulista abriga estudo de vacinação do Instituto Butantan, na região metropolitana de Ribeirão Preto, quer reabrir seguindo protocolos de segurança. Lá, 95% da população está vacina com Coronavac.

No entanto, em nível federal, além das dificuldades em se comprar vacinas suficientes para imunizar ao menos metade dos brasileiros até setembro, existem

outros problemas a serem resolvidos pela equipe econômica.

Segundo assessores do ministro, hoje há defasagem na entrega de insumos para a indústria, o que segura a produção e o consumo. Com menos produtos no mercado, também pode haver pressão sobre preços de mercadorias, impactando a **inflação** novamente.

Dentre os setores afetados por essa situação estão as montadoras de veículos, a indústria de chips, e toda a cadeia do plástico e de embalagens.

Hoje, diante da escassez de insumos, a produção encontra-se limitada e também há pouca diversificação de mercadorias nas linhas de fabricação.

Com a crise de energia, esse cenário pode se deteriorar ainda mais na avaliação de assessores do Guedes.

O impacto da escassez de energia levará um crescimento menos forte caso ocorra problemas no fornecimento para as indústrias a partir de setembro, justamente no pico da produção para fazer frente ao consumo mais forte do último trimestre -normalmente, o mais forte do ano.

Para dar conta desse período e evitar cortes de fornecimento, o governo decidiu autorizar o uso do parque de térmicas.

Uma portaria do Ministério de Minas e Energia permitirá a contratação das chamadas térmicas "merchants", em mais um esforço para tentar evitar um racionamento de energia diante da grave seca sobre os reservatórios das hidrelétricas.

Essas usinas vendiam energia exclusivamente no mercado de curto prazo e algumas delas estão hoje sem contrato e com operações paralisadas. A ideia é integrá-las ao sistema elétrico, ampliando a capacidade de geração térmica para poupar água nas barragens.

O problema desse acionamento é o custo, em média, R\$ 1.200 o MWh (megawatt-hora), quase sete vezes acima de outras fontes.

Em meio à maior seca da história, o consumidor já

vem pagando essa conta por causa da falta de água nos reservatórios das hidrelétricas, que geram a um custo mais baixo.

Outra complicação é a entrega da energia abaixo do necessário por esse parque gerador.

Cálculos do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) indicam que a conta chega a R\$ 8,7 bilhões por ano, considerando os projetos que já poderiam ter o contrato rompido por passarem mais tempo do que o permitido sem gerar energia.

A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) constatou que, desde 2015, a taxa de indisponibilidade dessas usinas vem subindo. Isso ocorre, por exemplo, em razão de longos períodos de manutenção.

Em 2020, quando o Brasil teve a pior seca da história, térmicas a diesel, por exemplo, ficaram indisponíveis, em média, 53% do tempo. No caso das térmicas a óleo combustível, a indisponibilidade foi de 26% do período pago. Nas usinas a gás e carvão, 19%.

Mesmo assim, a medida provisória da capitalização da Eletrobras, incluiu a possibilidade de contratação de mais 6 GW (gigawatts) de usinas termelétricas.

Algumas dessas estruturas estão literalmente paralisadas hoje. Outras nem sequer estão conectadas a gasodutos. Essas restrições elevam consideravelmente os custos da operação.

Entidades ligadas ao setor elétrico e à indústria calculam que esses jabutis na MP de privatização da Eletrobras devem custar R\$ 41 bilhões ao consumidor brasileiro. O valor seria suficiente para elevar em 10% a conta de luz, considerando somente os custos de operação.

Segundo o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, esse esforço deverá garantir que não falte energia para este ano.

Procurado, o Ministério da Economia afirmou, por meio de sua assessoria, que o assunto é conduzido pelo Ministério de Minas Energia. Por isso, a pasta de Guedes não se manifestou sobre os questionamentos da Folha.

**Site:**

**[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&\\_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&\\_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e)**

# Dólar cai para R\$ 5,15, valor mais baixo no ano; Bolsa tem novo recorde

**Júlia Moura**

O Ibovespa fechou em alta de 1,62%, a 128.267,05 pontos, nesta terça (1º), após dados melhores do que o esperado para o **PIB** do primeiro trimestre deste ano.

Com os dados, que melhoraram previsões de crescimento para o resto do ano, o dólar caiu 1,47%, para R\$ 5,1460, menor valor desde 21 de dezembro e a maior queda percentual diária desde 6 de maio.

O risco -país medido pelo CDS de cinco anos, por outro lado, caiu 1,8%, a 168,6 pontos na sessão, menor nível desde fevereiro. O CDS funciona como termômetro informal da confiança de investidores nas economias dos países, especialmente emergentes.

Balança tem superávit de US\$ 9,3 bi em maio

O saldo é recorde para o mês, informou o Ministério da Economia.

As exportações somaram US\$ 26,948 bilhões, salto de 46,5% pela média diária ante o mesmo período de 2020. As importações foram de US\$ 17,657 bilhões (aumento de 57,4%). No acumulado do ano, a balança registra superávit de US\$ 27529 bilhões.

**Site:**

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&\\_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&\\_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e)

# Bolsonaro e os desesperados do PIB - VINICIUS TORRES FREIRE

**VINICIUS TORRES FREIRE**

Pobre que não tem emprego deve pedir empréstimo aos bancos, disse Jair Bolsonaro, a seu modo cruel e degradante -trata-se de alguém que faz troça de gente morrendo asfixiada de Covid.

Para ser mais preciso, disse isso: "Tem gente criticando ainda falando que quer mais [auxílio emergencial]. Como é endividamento por parte do governo, quem quer mais é só ir no banco e fazer empréstimo".

Foi no mesmo dia em que o IBGE divulgou o **PIB** do primeiro trimestre. O resultado mais notável do desempenho da economia foi uma despiora mais rápida do que a esperada, enquanto o nível de emprego vai ficando muito para trás. Pelo menos desde 2012, é a maior divergência entre **PIB** e emprego. Em relação ao primeiro trimestre de 2020, a economia cresceu 1%. O número de pessoas de alguma renda do trabalho ainda é 7,3% menor, cerca de 6,6 milhões a menos. Já foi pior. No terceiro trimestre do ano passado, a perda de empregos era de 12,1%, segundo a Pnad do IBGE. Mas, mesmo nas despioras mínimas que ocorreram entre 2016 e 2019, o nível de emprego acompanhou o **PIB**, mais ou menos. Agora, não.

Em parte, sabemos o que se passa. O setor de serviços é o mais deprimido da economia, ainda mais no subsetor "outras atividades de serviços" (queda acumulada de 13% em quatro trimestres, ante baixa de 3,8% do **PIB**), onde trabalhadores mais pobres e menos qualificados arrumam trabalho. Os serviços estão enterrados na lama por causa da epidemia, de resto prolongada porque Bolsonaro sabota as medidas sanitárias.

Setores que se recuperaram, como agropecuária, ou quase isso, como a indústria extrativa, empregam relativamente bem menos. A construção civil, outro setor que emprega gente mais pobre, ainda está bem deprimida, em parte porque o pífio investimento em infraestrutura estagnou ou pior que isso. Não há investimento público nem política pública relevante o suficiente para incentivar investimento privado em obras de infraestrutura, mais um resultado deste desgoverno torpe.

Os dados de um período curto e os números do **PIB** não permitem elucbrações maiores sobre o que se passa com o emprego. Há especulações sobre ganhos de produtividade em setores que talvez tenham se valido das restrições da epidemia para acelerar mudanças técnicas e poupadoras de trabalho, por exemplo. Parte da alta do investimento se deveu à compra de máquinas, equipamentos e tecnologia de informação, convém notar.

Outras hipóteses ainda mais temerárias avançam a ideia de que mudança na vida das cidades também teria criado inempregáveis para sempre, em particular gente que faz bico que depende de circulação intensa nas ruas, por exemplo.

O fato mais evidente é que o consumo privado, o "consumo das famílias" caiu em relação ao trimestre passado e ao início de 2020. A baixa em relação ao final do ano passado provavelmente se deve ao fim do pagamento do auxílio emergencial, ao deserto de empregos e à poupança dos remediados e ricos, em parte porque não têm onde gastar (restaurante, entretenimento, viagem), em parte por precaução, pois a epidemia vai longe e o país é uma mistura de inação com baderna, vulgo Bolsonaro.

Além do fato evidente de não haver emprego bastante, a renda restante de quem manteve algum trabalho foi comida pela **inflação**, a dos alimentos em particular, o que afeta obviamente o mais pobre, que para se alimentar gasta relativamente mais do pouco que tem.

Sim, por ora o **PIB** melhora e isso levará alívio a mais gente. A perspectiva, porém, é de uma despiora muito desigual, com alto risco de pobreza e iniquidade crônicas.

Site:

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&\\_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&\\_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e)

# Cenário da inflação do pós-guerra se repete - HELIO BELTRÃO

**HELIO BELTRÃO**

O Fed de Atlanta publicou em maio o importante artigo "Money Aggregates, Debt, Pent-up Demand, and Inflation: Evidence from WWII", que compara o cenário de 2021 ao retorno à normalidade com o fim da Segunda Guerra Mundial. O paralelo é que tanto durante a guerra quanto em 2020 houve simultaneamente forte expansão monetária e recessão por restrição do consumo das famílias.

Ao fim da guerra, com a volta ao consumo, houve uma **inflação** "surpresa" substancial entre 1946 e 1948. Quando a **inflação** voltou a níveis razoáveis, em 1949, o governo havia reduzido sua dívida em 40% por meio do confisco inflacionário do poupador e da perda do poder de compra do consumidor.

Como será com o fim da pandemia?

A economia americana vem tendo uma recuperação vigorosa (crescimento esperado acima de 6% em 2021), porém maculada pelo índice de preços CPI, que já aponta alta de 4,2% nos últimos 12 meses: um índice "brasileiro" que desconcertou os analistas quando divulgado, há algumas semanas.

O Fed assegura que "a **inflação** é transitória", mas evita especificar o período. E ressalta que seu indicador de **inflação** preferido é o núcleo do PCE, que exclui altas de alimentos e de combustíveis/energia/gás (um índice para aqueles economistas que não se alimentam nem se locomovem). Esse indicador atingiu 3,1% de alta, já acima do nível de conforto do Fed.

Durante os anos 1970, o governo dos Estados Unidos entreteve uma política inflacionária sem precedentes. Ao fim da década, a **inflação** estava acima de 10% ao ano. Em crise, o dólar havia desvalorizado mais de 30% em relação ao sólido marco alemão.

Paul Volcker assumiu o Fed com uma mudança radical: a política monetária deixaria de almejar um nível determinado de taxa de juros de curto prazo; a meta seria o crescimento modesto de criação de massa monetária (reservas bancárias), muito abaixo do nível irresponsável de expansão monetária até então.

O custo da decisão foi o aumento abrupto das taxas de juros de curto prazo (20% ao ano) e dos títulos governamentais de dez anos (15% ao ano), detonando uma recessão aguda. A **inflação** terminou debelada, mas os países latino-americanos colapsaram. Em seguida à quebra do México, o governo brasileiro, que vinha praticando políticas desastrosas sob Delfim Netto, quebrou em 1982 e arruinou os poupadores na década perdida.

Em 2021, as companhias têm reportado alta substancial em dólares de matérias-primas: metais industriais como cobre, níquel, alumínio, minério de ferro, além de alta nos custos de transporte e de energia.

Em linha com o artigo do Fed de Atlanta, creio que a **inflação** elevada em dólar possa durar anos (embora menos dramática que nos anos 1970), pois o Fed afirmou um compromisso condicionado de manter os juros em zero até 2024. O problema é que todo processo inflacionário prolongado exige no fim do dia uma alta considerável de juros bem como uma associada recessão. Se os EUA espirrarem, pegaremos pneumonia.

Desde os anos 1990, a massa monetária (M2) tem crescido a uma taxa estável de cerca de 5% ao ano, coerente com uma **inflação** baixa. Esse crescimento modesto manteve-se após a crise de 2008, apesar de o Fed ter multiplicado as reservas bancárias, pois os bancos preferiram desalavancar e repor seu capital.

Agora é diferente. O M2 inflou mais de 25% desde o ano passado. Dados tal estoque adicional extraordinário bem como as injeções programadas, a volta ao consumo normal deve seguir pressionando a **inflação** por um bom tempo à medida que a demanda por entesourar dinheiro volte aos baixos níveis pré-pandemia.

Assim como um vírus de laboratório em uma pandemia, é mais fácil propagar **inflação** do que interrompê-la.

Site:

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&\\_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&\\_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e)

# Financiamos o exército errado - ATILA IAMARINO

## ATILA IAMARINO

Nossa ação sanitária, ou melhor, a falta dela não condiz com a situação epidemiológica do país. Mais brasileiros circulam agora do que em qualquer momento desde março de 2020, quando ainda registramos 2.000 mortes em um dia. Nosso orçamento federal incorre no mesmo erro.

Estamos na maior pandemia da nossa história recente. O conhecimento sobre o seu causador, os testes que nos permitem saber o que se passa, máscaras PFF2 e as vacinas foram todos desenvolvidos pela ciência. Conhecimento científico produzido por quem faz pesquisa, não conhecimento de WhatsApp produzido por gabinete paralelo.

No entanto, o ministério que teve a maior redução em orçamento em 2021 foi o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, entidade vinculada ao MCTI que gere o financiamento federal à pesquisa no Brasil, terá um orçamento de R\$ 1,21 bilhão em 2021, quase metade do que foi investido em 2000, quando contávamos com um dólar bem mais baixo e com muito menos pesquisadores.

Seu orçamento para pesquisa ficou em R\$ 23,7 milhões para o Brasil todo, o que é menos do que a verba do laboratório onde trabalhei em Yale em 2013. E mais da metade desse orçamento está condicionada à liberação de créditos suplementares, que precisam ser aprovados por superarem o teto de gastos.

Estamos investindo no exército errado nessa guerra contra o vírus. Quem tem feito a diferença na pandemia são soldados de uniforme branco, profissionais da saúde. Quem entende de logística de saúde são epidemiologistas, imunologistas, infectologistas e administradores da saúde, que trabalham para salvar vidas.

Mesmo em conflitos militares, é a ciência que tem sido decisiva. O que viabilizou a vitória dos Aliados na Segunda Guerra foram inovações tecnológicas como o desenvolvimento da penicilina, o uso do radar e as bombas atômicas, que vieram da aplicação de conceitos gerados pela pesquisa básica.

Alexander Fleming estudava bactérias quando

descobriu a penicilina que salvou a vida de muitos soldados feridos em batalha. Ela foi tão estratégica que sua produção só foi escalada pela War Production Board (WPB), agência que coordenou a conversão de indústrias dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial. É do reconhecimento desse potencial que vem a mentalidade de investimento em ciência e tecnologia que norteia o desenvolvimento das nações que mais enriquecem, especialmente em um momento de crise.

Mas o valor recém-aprovado para "despesas discricionárias" do MCTI determina que só R\$ 2,7 bilhões podem ser investidos em pesquisa no Brasil, cerca de um terço do que o MCTI investiu em pesquisa dez anos atrás. Isso é insuficiente para manter o funcionamento de instituições de pesquisa do país. São instituições como a Fiocruz e o Instituto Butantan, que salvaram brasileiros da gestão militar da compra de vacinas e que produziram estudos como o de Serrana, que mostra que a vacinação pode controlar o vírus. Instituições como as universidades, que têm identificado as variantes que tornam essas vacinas ainda mais urgentes. Que dirá financiar novas ideias como o desenvolvimento de vacinas brasileiras, ou a formação das próximas gerações de cientistas que nos ajudarão nas próximas pandemias.

Como o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ildeu Moreira, lembrou, em 1995 a China investia o mesmo que o Brasil em ciência e tecnologia e tinha o mesmo PIB. Em 2021, a China investirá US\$ 378 bilhões em pesquisa, contra R\$ 26 bilhões do Brasil, o que explica porque agora dependemos de vacinas da China.

### Site:

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&\\_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&\\_math=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49546&_ga=2.174696610.124376104.1622432862-429082973.1562671609&_math=0c0cea3693f56ac4&anchor=6435470&pd=ca2e8f780677e38c92183735628a794e)

# Escola pública fechada fará geração de alunos perder R\$ 700 bilhões em renda

**Renata Cafardo / COLABOROU ITALO COSME**

As escolas fechadas devem levar a uma perda de renda de R\$ 700 bilhões - um décimo do **PIB** do País - para a geração de estudantes brasileiros que passou 2020 em ensino remoto. E, se não houver um retorno ao menos para o ensino híbrido no segundo semestre, essa previsão pode chegar a R\$ 1,5 trilhão no fim de 2021. A queda na renda por toda a vida dessas crianças e jovens é decorrência do enorme déficit de aprendizagem no período, segundo estudo do Instituto Unibanco e do Insper, divulgado ontem.

De acordo com a pesquisa, liderada pelo economista Ricardo Paes de Barros, a covid-19 impediu uma trajetória esperada de desenvolvimento dos estudantes no ensino médio público.

Eles aprenderam menos em 2020 e já entraram neste ano com perda de 9 pontos em Português e 10 pontos em Matemática na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Isso quer dizer que só tinham absorvido cerca de 25% do esperado para o 2.º ano do médio, ao ingressar no 3.º ano.

O prejuízo pode ser ainda maior no fim de 2021, com perda de 20 pontos, o que significaria retroceder praticamente ao que sabiam no fim do ensino fundamental. "Se a gente não fizer nada no curto, médio e longo prazo, esses jovens serão menos produtivos e o Brasil vai produzir menos durante décadas.

Afeta o estoque humano, a capacidade criativa do País", disse Paes de Barros. Ele calculou a perda de renda usando outra pesquisa que mostrou que o impacto de 1 ponto no Saeb é de 0,5% na remuneração de trabalho de toda a vida de um jovem, estimada em R\$ 430 mil. Foram considerados 35 milhões de alunos de fundamental e médio.

O Saeb é uma prova feita a cada dois anos pelo Ministério da Educação para avaliar a qualidade do ensino. A sua escala indica o nível de proficiência desenvolvido em determinadas competências e habilidades. Um aluno aprende, em geral, ao longo de todo o ensino médio, o equivalente a 20 pontos em Língua Portuguesa e 15 em Matemática na escala do Saeb.

Paes de Barros considerou ainda estudos que mediram o engajamento dos alunos em ensino remoto e a perda educacional em períodos sem aulas. Ele explica que "a aprendizagem é algo sequencial" e muitos conhecimentos são esquecidos quando não são exercitados. A pesquisa não analisou dados específicos das escolas particulares, mas segundo o especialista, os resultados não devem ser muito diferentes.

Para o superintendente do Instituto Unibanco, Ricardo Henriques, a constatação da pesquisa Perda de Aprendizagem na Pandemia é "catastrófica e trágica".

Mas ainda é resultado de um esforço para se tentar oferecer algum ensino nesse período. Sem nenhum apoio do MEC, Estados e municípios do País deram chips aos alunos, criaram plataformas online, distribuíram materiais impressos para tentar suprir a falta de escola. "Se nada tivesse sido feito, seria ainda pior." No entanto, Henriques afirma que é preciso tomar todas as medidas para que as aulas presenciais voltem no segundo semestre.

"Temos de pensar no que pode ser feito para esses alunos, alguns vão ter um semestre de aula apenas, precisamos de aceleração da aprendizagem, bolsas para que permaneçam na escola." Além da defasagem, a pandemia trouxe maior abandono escolar dos adolescentes, por causa da crise econômica ou pela perda de vínculo e interesse pelo ensino.

O Brasil é um dos países com maior tempo de escolas fechadas.

A maioria dos Estados ainda não voltou com as redes presencialmente e está há 14 meses sem aulas presenciais. Organismos internacionais, como a Unesco e o Banco Mundial, já vem alertando para a perda de aprendizagem no Brasil e em outros países latinos durante a pandemia. Fala-se em "catástrofe geracional" e de 20 anos para se recuperar o prejuízo.

O estudo estima também como a situação ficaria se o País tomasse a partir de agora medidas como a volta rápida ao ensino presencial, maior engajamento dos alunos no ensino online e programas de recuperação da aprendizagem. Dessa forma, as perdas poderiam ser reduzidas em até 40%.

Segundo Henriques, no entanto, o Brasil ainda não tem expertise para programas de aceleração de aprendizagem no ensino médio e será necessário muita colaboração para aprender com projetos bem-sucedidos.

"Vamos ter de fazer bem feito algo que nunca fizemos", diz o especialista. "Na saúde, a vacina pode dar conta, mas para educação a pandemia traz uma cauda longa e mais desafiadora." Desafio. Alessandra Uchoas, de 17 anos, acredita que o desgaste emocional e físico foi uma das principais marcas do período em ensino remoto. "O que a gente está perdendo na escola, teremos de correr atrás sozinhos.

Quem não conseguir vai perder a oportunidade de entrar na universidade, por exemplo.

O aluno que quer passar na federal está angustiado. É o meu caso." A adolescente do 3.º ano do ensino médio acredita que captou apenas metade do conteúdo repassado pelos professores em 2020. Alessandra e os colegas de turma ainda não tiveram aulas de laboratório do curso técnico em Química, que faz em um colégio público de Lorena, no interior de São Paulo.

Por isso, apesar da formatura do ensino médio prevista para este ano, o grau técnico só será concluído em 2022.

Ela conta que queria ir estudar em Belo Horizonte, mas só pode se mudar depois de concluir o curso. Muitos de seus colegas, diz, tiveram também de trabalhar e cuidar dos irmãos durante a pandemia.

Victor Viana, de 16 anos, compartilha do mesmo sentimento.

Aluno da 3.ª série do curso técnico em Logística na Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Professor Francisco Aristóteles de Sousa, na região metropolitana de Fortaleza, o adolescente diz que a relação com a família, trabalhos domésticos e com os vizinhos dificultaram a concentração nos estudos. Ele não tem computador e estuda pelo celular. "O maior impacto é atrasar a entrada na universidade.

Se não conseguir focar você fica para trás. Aconteceu ano passado, quando muitos dos meus colegas não conseguiram passar no vestibular. Quem não teve tanto prejuízo, principalmente nas particulares, conseguiu ter um melhor desempenho", diz.

A rotina da escola online, conta, também foi atrapalhada no início. "A aula poderia acontecer às 9 horas, às 15 horas, e isso complicou a nossa

organização.

Agora, na minha escola, eles ajustaram." Mesmo com tantas lacunas expostas, Victor, acha que muitos dos problemas enfrentados pelos estudantes sequer foram notados pelo governo.

I Dívida social

"Há uma dívida social pelo tempo enorme de escolas fechadas.

Este dano vai ser contínuo, se não fizermos intervenções agora na idade escolar e ao longo do mundo do trabalho." Ricardo Henriques  
SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO UNIBANCO

TRÊS PERGUNTAS PARA...

Claudia Costin, Diretora do Centro de Políticas Educacionais da FGV

1.Há ainda como recuperar a aprendizagem desses jovens afetada pela pandemia de covid-19?

Tem quem fale em uma geração perdida. É realmente muito difícil recuperar se o aluno está no 3.º ano do ensino médio.

Uma opção é o que algumas redes estão fazendo (como ocorreu no Estado de São Paulo, na rede pública paulista), criar um 4.º ano. Mas também olhar o currículo e ver no que é possível focar, ensinar ainda no tempo que sobra, ao voltar no segundo semestre. Fazer um nivelamento do que deveria ter sido aprendido, avaliação diagnóstica e identificar não só o que, em média, não aprenderam, mas quais alunos precisam de um reforço mais poderoso. O que não dá é pra ficar paralisado torcendo pra voltar para aquela escola antiga, que funcionava.

2.Muitas redes no Brasil não voltaram ao presencial ainda, e os professores são contra o retorno. Isso prejudica?

Tem ocorrido uma tendência compreensível, mas errada, de subestimar as perdas de aprendizagem.

E dizer que o importante é a preservação da vida.

Mas temos de ter consciência de que não só perdemos vidas, perdemos vidas e futuro, perdemos direitos. Esses jovens têm o direito de aprender.

3.Que consequências a senhora vê para o Brasil, considerando o quadro atual?

Estou consciente de que vamos pagar um preço alto

por uma gestão profundamente inadequada tanto sanitária quanto educacional. Ela acontece quando o Brasil estava entrando na quarta revolução industrial, quando os trabalhos intelectuais mais básicos estão sendo substituídos por máquinas. Significa então para o País a perda de uma chance de desenvolvimento. Hoje o que interessa é o capital humano.

É uma questão de um desenvolvimento mais inclusivo para o Brasil.

**Site:** [ttp://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo](http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo)

# O desafio mais imediato é a geração de empregos (2)

**Alexandre Calais**

Mesmo em meio à catástrofe sanitária que o Brasil vive, a economia conseguiu surpreender. A alta de 1,2% do **PIB** no primeiro trimestre foi maior do que esperava o mercado. Mas esse número positivo não conta toda a história.

Há mundos muito diferentes dentro da economia. Veja o agronegócio: parece desconhecer a palavra crise. De janeiro a março, o setor cresceu espantoso 5,7%, puxado por uma demanda global muito forte pelos produtos agrícolas nos quais o Brasil é um grande fornecedor internacional, como a soja e o milho, o que fez disparar os preços.

Essa demanda global crescente pelas commodities também puxou a indústria, que subiu 0,7% no primeiro trimestre. Nessa conta entram o minério de ferro e o petróleo, produtos nos quais o Brasil também é forte e cujos preços também dispararam.

Mas esses não são os setores que mais empregam. O grosso das pessoas trabalha no setor de serviços, e esse tem tido um desempenho mais modesto. Registrou alta de 0,4% no trimestre - depois de uma queda de 4,5% no ano passado.

Esse é o setor que depende talvez mais diretamente da vacinação em massa para se recuperar. Sem isso, restaurantes, lojas, salões de beleza, por exemplo, não conseguirão voltar às atividades normais, e não vão empregar. E gerar empregos é o desafio mais imediato para conter a catástrofe social.

EDITOR-COORDENADOR DE ECONOMIA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# "Uma terceira onda não deve deter a economia"

**Luciana Dyniewicz**

Até fevereiro, o clima entre os economistas era de pessimismo geral. Aos poucos, durante o último mês do primeiro trimestre, isso foi mudando, conforme saíam dados que indicavam que a atividade econômica ganhava tração. Esse movimento culminou com a divulgação, ontem, do resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**), que cresceu 1,2% no primeiro semestre.

Entre os fatores que fizeram mudar o panorama econômico, estão o impulso decorrente do crescimento dos Estados Unidos e da China e a ineficácia das medidas de isolamento social, diz a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria. A seguir, os principais trechos da entrevista.

I Houve um momento no primeiro trimestre em que parecia que a economia ia se deteriorar ainda mais. O que aconteceu para esse cenário mudar?

Nós, na Tendências, também estávamos entre os mais cautelosos com a atividade econômica. Tínhamos uma projeção de queda de 0,6% no **PIB** do primeiro trimestre, depois atualizamos para alta de 1%. Teve uma surpresa com a resiliência da economia brasileira nesses primeiros meses do ano. Tínhamos alguns fatores de preocupação: o fim do auxílio emergencial até março e o efeito disso no consumo, ao lado das pressões inflacionárias em itens muito sensíveis na cesta de consumo, como alimentação e combustível. Ao mesmo tempo, havia uma incerteza grande em relação à situação fiscal, com aquele imbróglio no Orçamento limitando o apetite para decisões de consumo e investimento. Demos muito peso para esses elementos. Talvez tenhamos subestimado algumas coisas. O primeiro fator importante é o cenário externo: a melhora na China, nos Estados Unidos e também na Europa, mas aí um pouco menos.

Isso teve um efeito importante para as economias emergentes. No investimento, também houve um efeito positivo nas linhas relacionadas à agropecuária e ao transporte. Outro ponto é que as medidas de isolamento tiveram menor eficácia.

I Estamos, então, crescendo à custa de mortes? Ou

por que as exportações de commodities estão em alta graças às economias chinesa e americana?

Do lado externo, há um suporte importante. Quando EUA crescem 6,5% e China, 8,5% ao ano, o efeito na gente é grande tanto do ponto de vista de commodities como do de manufaturados. Nesse primeiro trimestre, a agropecuária puxou o crescimento na margem, e muito baseado na soja. A indústria extrativa também ajudou. Mas também tem, sim, a questão de as medidas de isolamento terem menos eficiência, e o reflexo disso aparece no número de mortes.

I O **PIB** cresceu, em parte, porque não houve uma redução significativa da circulação de pessoas. Isso dá espaço para o contágio do coronavírus se acelerar novamente. Qual impacto podemos esperar da pandemia na economia nos próximos trimestres?

À luz do que a gente aprendeu nesse começo de ano, tenderia a achar que os efeitos de uma terceira onda para a economia devem ser similares aos do primeiro trimestre. Está cada vez mais difícil levar as pessoas ao isolamento. Uma terceira onda aparece como risco no sentido de limitar a expansão da economia, mas vemos esse efeito perdendo força para trazer atividade econômica muito para baixo. Além desse risco, temos outros: o ritmo de vacinação lento e a questão energética. Todos esses elementos parecem mais como limitadores, mas não como fatores que vão mudar dramaticamente o cenário de crescimento deste ano.

I A Selic em um patamar baixo ajudou a economia no primeiro trimestre. O Banco Central, porém, começou a elevá-la. Essa mudança pode segurar a economia no fim do ano?

Mesmo com a mudança na política monetária, ela continuará estimulativa. Vai dar menos suporte para a economia, mas ainda vai dar. O juro neutro hoje é estimado entre 6,5% e 7% por algumas casas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Países que combateram covid cresceram mais, indica ranking

**Denise Luna / RIO**

Países que combateram a pandemia de covid-19 com vigor e concederam incentivos fiscais significativos ocupam as primeiras posições de um ranking do crescimento econômico neste início do ano. A avaliação é do economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, que elaborou o ranking considerando o desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) do primeiro trimestre.

Pelo levantamento da Austin, o Brasil perdeu sete posições na passagem do último trimestre do ano passado para o primeiro deste ano, caindo para o 19.º lugar, numa lista de 50 economias que já divulgaram seus resultados. Para o economista, o País só conseguiu se manter nesta posição por conta da alta do preço das commodities e pela maior demanda da China - que tiveram impacto positivo nos negócios das empresas exportadoras brasileiras.

Lideram a lista Croácia (crescimento de 5,8% sobre o quarto trimestre de 2020), Hong Kong (5,4%), Estônia (4,8%), Chile (3,2%) e Cingapura (3,1%). Na América do Sul, a Colômbia também ficou à frente do Brasil, com avanço do **PIB** de 2,9% no período. O Brasil cresceu 1,2% no primeiro trimestre, ante o quarto do ano passado, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"O **PIB** do Brasil só foi bom porque o preço das commodities (matérias-primas com cotação internacional) está no maior nível desde 2009", disse Agostini ao Estadão/Broadcast.

"O resultado do **PIB** no primeiro trimestre não reflete a nossa realidade doméstica, que é uma recuperação ainda descompassada, muito do lado da produção para o exterior e menos para o consumo doméstico, que está acontecendo ainda em passos lentos", completou o economista.

Após os dados divulgados ontem, vários analistas do mercado financeiro revisaram para cima suas projeções para o crescimento econômico em 2021, mas a Austin Rating manteve inalterada sua estimativa, de 3,3%. Para 2022, a agência de classificação de risco espera crescimento de 3%.

Segundo Agostini, apesar de indicações de um maior

crescimento em 2021, algumas incertezas ainda estão na mesa, como possíveis novas altas da taxa básica de juros (a Selic, hoje em 3,5% ao ano); os efeitos da crise hídrica; o processo lento de imunização contra o covid19; a forte elevação dos custos de produção, com destaque para as altas recordes dos preços das commodities; o cenário fiscal ainda fragilizado; e a redução dos estímulos monetários nas economias desenvolvidas.

Posição

5,8% foi a variação do **PIB** da Croácia no primeiro trimestre do ano, liderando ranking elaborado pela agência Austin Rating. Entre 50 países, Brasil ficou na 19ª colocação.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A ilusão do PIB - FÁBIO ALVES

## FÁBIO ALVES

Depois do desempenho surpreendentemente positivo no primeiro trimestre, é cada vez maior o número de analistas que passou a projetar um crescimento de 5,0% ou mais do **PIB** em 2021.

Mas estaria o brasileiro sentindo no seu dia a dia a economia avançando nesse ritmo?

O consenso das estimativas dos analistas para o desempenho do **PIB** neste ano vem melhorando nas últimas semanas, conforme a pesquisa Focus, do Banco Central. No fim de 2020, essa estimativa era de crescimento de 3,32% para 2021. No mais recente boletim Focus, essa projeção já subiu para 3,96%.

Não à toa, aumentaram as previsões apontando para expansão mais forte do **PIB** neste ano. Os bancos Itaú e Fibra estimam alta de 5,0%. O Goldman Sachs prevê crescimento de 5,5%.

E o Bank of America, avanço de 5,2%.

Segundo o IBGE, o **PIB** cresceu 1,2% no primeiro trimestre ante o último trimestre de 2020, superando o consenso das projeções dos analistas, de alta de 0,70%. Até há pouco tempo, os economistas esperavam uma contração da economia entre janeiro e março em razão, entre outros fatores, do fim do auxílio emergencial. Mas a atividade mostrou resiliência maior do que o imaginado. Além disso, a segunda onda da pandemia teve um impacto menor na economia do que em 2020.

Mais do que uma melhora substancial, de fato, no fôlego da atividade econômica resultante de um mercado de trabalho aquecido e de um dinamismo em vários setores da economia, a revisão das projeções para 2021 reflete, em grande parte, um efeito matemático, o chamado carregamento ou herança estatística, que é um impulso deixado de um ano para outro.

Isso porque, no Brasil, o **PIB** é calculado levando-se em conta a média dos quatro trimestres de um ano em relação à média dos trimestres do ano anterior. Toda vez que ocorre um resultado muito positivo no primeiro trimestre do ano, diante do efeito-base, mesmo que o **PIB** fique parado nos trimestres restantes, a média do ano será mais alta. E vice-versa, quando há uma contração.

A queda de 4,10% do **PIB** em 2020 já havia deixado uma herança estatística de 3,60% para 2021. Isso significa que o consenso das estimativas de **PIB** neste ano na mais recente pesquisa Focus corresponde a um crescimento pouco acima de zero.

"A percepção é, realmente, de que a economia está se recuperando, mas, em termos de sensação da população nas ruas, não haverá diferença entre um crescimento entre 3,0% e 3,5% que todo mundo esperava na virada do ano para uma expansão de 5,0% em 2021 de algumas projeções agora", diz Luiz Felipe Laudari, diretor de investimentos da Mauá Capital. "É um efeito mais matemático do que, de fato, um crescimento mais acelerado." Segundo ele, a taxa de desemprego de 14,7% no trimestre até março, se ajustada para a PEA (população economicamente ativa) histórica, com base na taxa de participação histórica, seria, na realidade, de 21%. "É possível imaginar a economia ganhando tanta tração com essa taxa elevada de desemprego?", argumenta. "Sem falar na grande quantidade de empresas fechando em razão da pandemia, ou seja, a percepção das pessoas é de uma economia bem mais frágil do que estamos vendo nos números." Para Laudari, a massa salarial real vai se recuperar de forma mais lenta. Além disso, ele observa que é comum, após grandes crises, haver aumento de produtividade na economia. "As empresas descobrem que podem produzir a mesma quantidade que produziam antes da crise com menos mão de obra e com isso, na prática, a taxa de desemprego termina o período de recuperação acima do que estava antes da crise", argumenta.

Todavia, mesmo que a sensação da população seja a de que a economia está rodando a um ritmo bem menor do que um crescimento de 5,0%, um resultado dessa magnitude, mesmo que por efeito estatístico, pode ter ainda um impacto positivo: o de melhorar a confiança dos agentes econômicos, incentivando as decisões de investimentos de empresários e de gastos de consumidores.

O outro lado da moeda de uma herança estatística impulsionando o **PIB** de 2021 é que, no ano que vem, o cálculo será afetado justamente por uma base maior, daí vários economistas reduziram suas previsões do crescimento para 2022.

Revisão das projeções reflete, em grande parte, impulso deixado de um ano para outro

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Balança comercial fecha maio com superávit histórico

**Idiana Tomazelli / BRASÍLIA**

A balança comercial brasileira registrou em maio superávit recorde, de US\$ 9,291 bilhões. É o melhor resultado para o mês em toda a série histórica, iniciada em 1989, conforme dados do Ministério da Economia.

Aumentaram as exportações e as importações. Os embarques para fora do País somaram US\$ 26,948 bilhões no mês passado, e as importações, US\$ 17,657 bilhões.

No acumulado do ano, a balança registra um superávit de US\$ 27,529 bilhões. O valor, também sem precedentes na série, é o melhor da história.

Em dia de divulgação de crescimento do **PIB** maior do que o esperado no primeiro trimestre, os resultados da balança comercial foram vistos por economistas como mais um sinal de retomada na atividade, com a ressalva de que a pauta de exportações brasileiras se concentra em commodities.

Em sua previsão mais recente, o Ministério da Economia estimou que a balança encerrará o ano com um saldo positivo de US\$ 89,4 bilhões. Se confirmado, será um resultado 75% maior do que o ano passado, além de configurar um recorde.

Nos últimos meses, a perspectiva de aceleração da vacinação contra covid-19, sobretudo nos países mais desenvolvidos, o pacote de estímulos nos Estados Unidos e o ciclo de commodities impulsionaram a melhora da balança comercial brasileira.

Nas exportações, tiveram aumento na média diária tanto bens ligados à agropecuária e à indústria extrativa quanto os produtos da indústria de transformação. A demanda externa tem crescido na esteira da recuperação econômica dos principais parceiros comerciais do Brasil, como China, Estados Unidos e Argentina.

As importações, em maio, registraram aumento de 57,4% na média diária em relação a igual mês de 2020. O resultado é fruto de altas na quantidade e no preço.

O subsecretário de Inteligência e Estatísticas de

Comércio Exterior, Herlon Brandão, disse que as importações brasileiras têm desempenhado levemente acima do esperado pelo governo, o que pode levar o País a registrar um saldo menor do que o previsto para 2021. O número deve ser revisado no mês que vem.

Segundo Brandão, a pandemia tem impulsionado a demanda interna por meio da aquisição de bens em detrimento de serviços. "Isso se reflete em aumento da demanda por bens importados", disse.

O subsecretário explicou ainda que a demanda brasileira por importados é concentrada em insumos para a produção, o que funciona como um antecedente da atividade econômica. "Primeiro se importam insumos, depois se consomem esses bens finais. Isso sinaliza melhora (da atividade) para próximos meses", disse. / COLABORARAM EDUARDO LAGUNA E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Alta também na entrada

57,4% foi a alta média diária das importações em relação a maio de 2020. No ano, a balança registra um superávit de US\$ 27,529 bilhões, o melhor número da série histórica.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Guedes e técnicos divergem sobre auxílio emergencial

O Ministério da Economia afirmou ontem que a economia brasileira se manteve em crescimento no primeiro trimestre deste ano mesmo sem a presença de programas emergenciais de enfrentamento a pandemia do coronavírus. Nota técnica produzida pela SPE (Secretaria de Política Econômica) da pasta avaliou o resultado do **PIB** do primeiro trimestre, que teve crescimento de 1,2% em relação ao trimestre anterior, segundo o IBGE. "A atividade econômica a despeito do fim dos programas emergenciais do governo federal em dezembro de 2020, e do recrudescimento da pandemia no começo de 2021, permaneceu em trajetória de elevação nos primeiros meses do ano", informou a secretaria. Em audiência pública na Câmara ontem, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que o resultado do PIB "sinaliza um crescimento bastante forte da economia" em 2021. Sem especificar nomes, Guedes rebateu indiretamente a nota produzida pela SPE. "Se algum assistente meu ou secretário meu escreveu o contrário, pode ser que nos modelos deles isso não ocorra mas é evidente que o auxílio ajudou a economia a voltar", disse o ministro. Neste ano, o governo optou por não renovar a calamidade pública que vigorou em 2020 e permitiu uma expansão de gastos públicos para o enfrentamento à pandemia. Sem Orçamento aprovado, os programas emergenciais foram interrompidos por mais de três meses. Em março, o Congresso aprovou a PEC Emergencial e destravou a nova rodada do auxílio emergencial. Os pagamentos foram iniciados em abril. (FP)

**Site:** <https://www.opopular.com.br/digital/02-junho-2021/1o-caderno>

# Governo vai liberar R\$ 1 bilhão para o MEC, diz Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse, nessa terça-feira (10), que o orçamento do Ministério da Educação (MEC) será desbloqueado, nos próximos dias, em cerca de R\$ 1 bilhão. O corte total no orçamento do MEC foi de R\$ 4,5 bilhões neste ano. O ministro, entretanto, não detalhou quando será efetuada a liberação.

De acordo com Guedes, que participou de audiência na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para tratar do bloqueio de recursos, o desbloqueio será possível em razão do aumento na arrecadação.

No dia 14 de maio, o governo disse que estudava a liberação de R\$ 2,5 bilhões para as universidades federais, que passam por contingenciamento de recursos. Os valores ajudarão a recompor o orçamento de gastos discricionários (não obrigatórios).

"Vamos agora desbloquear R\$ 4,5 bilhões para todo o governo. Em relação ao próprio MEC, que teve atualmente R\$ 2,5 bilhões bloqueados, a perspectiva é de atendimento das demandas de educação", informou o ministro, dizendo que parte dos recursos será destinada para a criação de vagas em seis novas universidades. "O segundo grande pleito que tinha é pelo menos esse desbloqueio de até R\$ 1 bilhão para o MEC", acrescentou.

Fies O ministro também voltou a criticar o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) como política de acesso ao Ensino Superior e defendeu a entrega de "vouchers" para os estudantes mais pobres.

"O jovem que está começando a vida consegue pegar um empréstimo no Fies, mas quando ele vai entrar no mercado de trabalho tem uma pandemia dessa, que derruba emprego, derruba o PIB. Não tem criação de empregos", disse. "Defendo o voucher para esses estudantes da periferia. O Fies funciona melhor para uma família de classe média, estabelecida, que tem condições de pagar essa dívida depois", acrescentou.

Site: <http://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/>

# Vacina, consolidação fiscal e reformas: o tripé do crescimento (2)

FERNANDO BEZERRA COELHO SENADOR PELO MDB DE PERNAMBUCO E LÍDER DO GOVERNO NO SENADO FEDERAL.

O **PIB** brasileiro cresceu 1,2% no primeiro trimestre do ano, retornando ao patamar do final de 2019, período pré-pandemia. O dado divulgado pelo IBGE reforça a confiança no crescimento consistente da economia brasileira em 2021. Na esteira das grandes instituições financeiras, o Itaú Unibanco elevou a sua projeção e já prevê que a alta do **PIB** poderá atingir 5% neste ano. Por trás desta perspectiva animadora, há um conjunto de medidas implementadas a partir das diretrizes da política econômica estabelecida pelo governo do presidente Jair Bolsonaro em 2019: consolidação fiscal e aumento da produtividade.

Desde então, um novo marco fiscal e uma ambiciosa revisão do arcabouço regulatório têm conduzido o País em direção ao crescimento.

A agenda de consolidação fiscal foi inaugurada pela reforma da Previdência, que, junto com a manutenção do teto de gastos, reduziu em R\$ 900 bilhões o estoque da dívida pública em quatro anos.

Aliás, a própria preservação do teto de gastos em meio ao aumento de despesas necessário para mitigar os impactos da pandemia é vitória a ser celebrada.

Já a PEC Emergencial, aprovada pelo Congresso Nacional em março deste ano, permitiu ao governo usar recursos de fundos públicos para pagar uma parte da dívida pública. O resultado é a estabilização da trajetória da dívida, que deve encerrar o ano em 85% do **PIB**.

Soma-se ao novo marco fiscal, uma série de mudanças legais voltadas à desburocratização, modernização e segurança jurídica, melhorando o ambiente de negócios e a competitividade da economia brasileira. Os marcos regulatórios do gás, do saneamento e do setor elétrico, por exemplo, apontam para a recuperação da capacidade de investimento de setores estratégicos, e os benefícios serão sentidos por toda a sociedade.

Embora ocupe significativa parcela do noticiário nacional, a CPI da Pandemia causa ruídos, mas não paralisou as atividades, e o Senado se prepara para

votar uma extensa lista de projetos que aperfeiçoam os marcos regulatórios do País. Estão na pauta o novo marco legal do mercado de câmbio, que simplifica a entrada de investidores estrangeiros e beneficia empresas exportadoras e importadoras; a BR do Mar, que incentiva a navegação de cabotagem, tornando o setor mais atrativo, estimulando a concorrência e reduzindo custos; o marco legal das ferrovias, que viabiliza a construção de ferrovias pelo regime de autorização; o projeto de lei que altera o regime de exploração do pré-sal para a concessão de blocos; e mudanças nas regras para licenciamento ambiental.

Os números de abril já refletem o acerto das medidas tomadas pelo governo com apoio do Congresso durante a pandemia e sinalizam a retomada da atividade econômica. Mais de 950 mil empregos com carteira assinada foram criados nos primeiros quatro meses do ano. Em abril, a arrecadação federal bateu recorde, e o superávit de US\$ 10 bilhões da balança comercial é o maior de todos os meses da série histórica. Também em abril os investimentos estrangeiros diretos somaram US\$ 3,5 bilhões, um aumento de 117% em relação ao mesmo período de 2020.

A confiança na recuperação econômica do Brasil apoia-se ainda na perspectiva de crescimento expressivo da economia global em 2021, alavancado pelos desempenhos dos Estados Unidos e da China, a expansão do comércio mundial e o novo ciclo das commodities.

É evidente que as previsões econômicas estão sujeitas à evolução da pandemia e, no Brasil, ao risco hidrológico, que está associado à falta de chuvas e ao desafio estrutural a ser superado com a MP da Eletrobras e com os marcos legais que melhoram a eficiência do setor energético.

Neste momento, o País se aproxima das 100 milhões de doses de vacinas distribuídas e caminha para imunizar até outubro os brasileiros com mais de 30 anos, que representam 56% da população. É o que aponta relatório da UBS, uma das maiores instituições financeiras do mundo, com base na pirâmide etária brasileira. Ao vacinar a população com mais de 30 anos, reduz-se a pressão sobre o sistema de saúde, permitindo o retorno à normalidade.

Além disso, o relatório indica que, caso a vacinação continue no ritmo atual, a possibilidade de uma terceira onda fica bastante reduzida no Brasil.

Lembro que a retração de 4,1% do **PIB** brasileiro em 2020 surpreendeu as vozes mais pessimistas, que apostavam em uma queda superior a 9%. Mas o governo do presidente Bolsonaro soube agir diante da maior crise sanitária da história, permitindo ao País avançar na proteção dos mais vulneráveis e renovar o compromisso fiscal. Em 2021, os bons resultados da economia já se fazem notar. É fundamental reconhecê-los.

**Site:** <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/1812/02-06-2021/>

# Mais circo que pão - Merval Pereira

**MERVAL PEREIRA**

Aparentemente, não foi preciso subornar ninguém para trazer a Copa América para o Brasil, depois que países vizinhos, todos envolvidos em crises sanitárias e políticas, ficaram inviabilizados como sede de um torneio de futebol que pode não ter importância maior, mas que, na hora do vamos ver, fará com que os torcedores esqueçam a irresponsabilidade que é organizá-lo num país às vésperas de uma terceira onda da covid-19, com 463 mil mortes nas costas e 14 milhões de desempregados.

Uma jogada diabólica de Bolsonaro, em sentido político, mas também quase literal, dado o perigo de disseminação do vírus. A camisa verde e amarela da seleção brasileira, apropriada indevidamente pelos bolsonaristas, estará espalhada pelo país, dando a ilusão de que os adeptos do presidente são mais numerosos do que na realidade. Desde a Roma Antiga, pão e circo são fatores políticos fundamentais, e aqui no Brasil temos hoje mais circo do que pão na mesa do cidadão comum, com a **inflação** e o desemprego em alta.

O Brasil ganhou o direito de sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 sete anos antes, no governo Lula, e teve um longo e tortuoso caminho até o momento decisivo. Dilma, que fora eleita com tranquilidade em 2010, chegou à Copa já capengando graças aos escândalos de corrupção que voltavam a atingir o PT com o petrolão e a operação Lava-Jato. A vaia que a presidente recebeu na abertura da Copa do Mundo, a crise econômica e os desvios de dinheiro público nas obras de construções de estádios pelo Brasil afora - hoje, muitos elefantes brancos sem utilidade prática que poderão ser aproveitados agora na Copa América - levaram a petista fragilizada à campanha presidencial, vencida por uma vantagem mínima que já previa o desastre que encerraria prematuramente seu segundo mandato.

Bolsonaro, como na campanha em que não precisou participar dos debates devido ao atentado que sofreu, não passará pelo teste de popularidade do Maracanã devido à pandemia. Duvido que seja autorizada a presença do público na final. Aglomeração, seja de esquerda ou de direita, não pode ser considerada uma atitude correta, por melhores que sejam os objetivos. O direito à vida deve superar as disputas políticas.

Não compro a ideia de que "ir ao espaço público sempre comporta riscos, mas deixar as ruas - grande

motor das transformações sociais ao longo da nossa História - como monopólio da extrema-direita, de viés neofascista, é risco maior", como me mandou dizer numa mensagem o vereador Chico Alencar, criticando minha coluna de domingo, em que lamentava as manifestações da esquerda, por considerar que tiravam da oposição o peso moral de condenar as atitudes do presidente Bolsonaro e de seus seguidores na pandemia. Pelo jeito, Lula também concorda. Segundo Bela Megale, ele não compareceu às manifestações para preservar sua capacidade de criticar as aglomerações de bolsonaristas.

Com relação ao futebol, as infecções de jogadores pela covid-19 falam por si contra a normalização dos jogos, mesmo com protocolos de segurança rígidos e sem a presença de público. Copa América no Brasil, a esta altura do campeonato (perdão pelo trocadilho), é uma maluquice total, um absurdo que confirma o descaso do governo Bolsonaro com a pandemia.

O Brasil está na iminência de uma terceira onda, quando começar a Copa América devemos estar com cerca de 500 mil mortos. É um desrespeito completo marcar um evento esportivo desse tamanho no Brasil agora, neste momento. O Japão está com dificuldade de confirmar as Olimpíadas em julho, e nós agora vamos fazer um evento dessa magnitude no Brasil... É mais uma tentativa de fingir que está tudo bem entre nós. Foi uma decisão claramente política, que a CBF ajudou a montar.

Um populismo irresponsável, quase suicida. Não há nenhum sentido, o Brasil é atualmente um pária mundial. Os brasileiros estão impedidos de viajar ao exterior, porque somos considerados uma fonte de grande disseminação do coronavírus, e vamos trazer gente de fora para fazer uma grande manifestação esporádica. Com direito a espalhar novas cepas.

Acredito até que algumas seleções não venham porque a imagem sanitária do Brasil não favorece a realização de nada internacional por aqui.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=36831>

# CPI solicita auxílio da Receita para nova fase - COLUNA DO ESTADÃO

**ANDREZA MATAIS**

Renan Calheiros (MDB-AL) requisitou dois auditores da **Receita Federal** para auxiliar nos trabalhos da CPI da Covid.

O pedido não foi especificado: caberá ao órgão destacar os servidores. No entorno do senador, a presença de auditores é tida como especialmente importante para a fase de quebras de sigilos bancários e fiscais. Até o momento, a CPI tem se dedicado a colher depoimentos e buscar indícios suficientes que embasem as próximas medidas. O relator já conta com a ajuda, desde o início dos trabalhos na comissão, de três auditores do TCU.

De boa. Ainda não há previsão do comando da CPI sobre o eventual pedido de ajuda para a Polícia Federal.

Protegido. A leitura entre senadores do "G7" da CPI sobre o cargo que Eduardo Pazuello ganhou no Palácio do Planalto: o presidente dobra a aposta para tirá-lo do fogo cruzado da CPI.

Seca. A presidente da Agência Nacional de Águas, Christianne Dias, quer um patamar mínimo de armazenamento de água nas principais hidrelétricas do País, em torno de 15% da capacidade dos reservatórios.

Seca 2. Ela tenta construir com parlamentares a proposta porque sabe da enorme resistência dos municípios ribeirinhos, cuja economia gira em torno da água desses reservatórios (irrigação, navegação, pesca, turismo, etc).

Bina. Christianne Dias ligou, sem sucesso, para Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente do Senado, muito ligado a Furnas.

Lama. "Costumo dizer que vivemos a terceira tragédia da lama. Depois de Mariana e de Brumadinho, agora é a de Furnas", diz o governador de Minas, Romeu Zema (Novo).

Lama 2. Segundo Zema, "não é justo o Estado pagar essa conta sozinho". O governador vê erros estratégicos no investimentos da Cemig em anos anteriores.

Fila. Flávia Arruda (Secretaria de Governo) deverá tomar vacina contra a covid-19 nesta quarta-feira, 2, em Brasília. Com apenas 41 anos, a ministra tem pericardite crônica, comorbidade que a levou a ser internada duas vezes em Brasília e uma na UTI, em São Paulo.

Figa. Um vento de esperança bateu no PSDB-SP após a mais recente reunião da Executiva Nacional do partido.

O modelo de voto igualitário para a realização das prévias, defendido por João Doria, vem ganhando adesões importantes.

Figa 2. Apoiaram a proposta o vice-presidente Domingos Sávio, o tesoureiro Cesar Gontijo e os presidentes do PSDB Mulher e Tucanafro Yeda Crusius e Gabriela Cruz, respectivamente. O modelo pressupõe peso igual aos filiados.

Vantagem? Segundo o TSE, São Paulo tem 1,3 milhão de filiados ao PSDB. Porém, quem conhece a máquina diz: esse número só existe nas caixas de sapato; nas prévias devem, na melhor hipótese, votar entre 10% e 15% desse total.

Régua. Em 2018, por exemplo, foram 14.998 votos nos quatro pré-candidatos ao governo do Estado.

Xi... Do governador Renato Casagrande (PSB-ES) sobre a Copa América no Brasil: "Momento inoportuno, mesmo que tenha todo o controle, é impossível evitar polêmica. Tudo está sendo politizado. Isso põe combustível na fogueira".

PRONTO, FALE!!

Sóstenes Cavalcante, Deputado federal (DEM-RJ)

"Péssimo dia para aqueles que torcem contra o Brasil. Em breve, a crise será apenas uma triste lembrança", sobre o crescimento de 1,2% do **PIB** no 1º trimestre

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=36831>

# É tempo de investir na caderneta?

**FLÁVIA NOAL** *flavia.noal@rdgaucha.com.br*

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, decidiu, na semana passada, elevar a taxa Selic para 3,50% ao ano. Depois do anúncio, o que os brasileiros querem mesmo é saber se isso é bom ou ruim para o seu bolso. Recentemente, a Selic sofreu dois aumentos consecutivos, depois de chegar ao patamar de 2% no ano passado, o menor da história.

De acordo com Joarez Piccinini, diretor-superintendente do Banco Randon, a taxa é considerada expansionista e foi adotada na esteira da pandemia, como forma de estímulo à economia.

- Com uma taxa de 2%, os bancos tendem a baixar o custo do dinheiro, e aí as pessoas são estimuladas a fazer empréstimo para comprar um carro, para trocar de casa. As empresas são estimuladas a comprar para aumentar a produção. Então, toda a economia com uma taxa de juros mais baixa tende a se aquecer, a se ativar em função do custo financeiro ter sido reduzido.

Por outro lado, o aumento da Selic virá a favorecer alguns investimentos, entre eles, a poupança, tão desprestigiada nos últimos anos. De acordo com a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), com a nova taxa básica de juros definida pelo Copom, a rentabilidade da poupança está em 2,45%, ao ano, contra 1,93% anteriormente. Por exemplo, quem tem R\$ 10 mil na poupança, guardados após abril de 2012, vai ganhar R\$ 245, por ano. Antes, o rendimento seria de R\$ 193. Ou seja, são R\$ 52 a mais.

Piccinini revela ainda que a previsão é de que a Selic continue a subir nas próximas reuniões do Copom, realizadas a cada 45 dias, e fique próxima aos 5% no final do ano. No entanto, a **inflação** também deve ficar neste patamar. Se esse cenário se confirmar, não haverá ganho real para os investidores da caderneta.

- A Poupança é procurada, porque é muito simples, é tradicional, mas não é a melhor opção para aplicação, tanto que normalmente é usada por pessoas que têm valores menores, que não têm muito conhecimento ou não querem se especializar. Ela é uma opção segura, protege, às vezes, fica um pouco acima, em outras, um pouco abaixo da **inflação** - explica.

O diretor do banco da Randon defende a ideia da diversificação, principalmente para quem já consegue migrar da poupança para investimentos de maior

rentabilidade.

- Quando você tem um valor um pouco maior e quiser formar uma poupança em um volume maior, pode se procurar outras formas de investimento. Inclusive é recomendável que as pessoas, independentemente da idade, procurem fundos de pensão, uma previdência privada, para ir formando aquela reserva para um investimento no futuro ou uma aposentadoria um pouco mais tranquila - propõe Piccinini.